


ENSINO SUPERIOR

REVISTA DO SNESUP



A universidade ainda precisa de intelectuais?

O limbo da enfermagem
por Ana Paula Monteiro
pág. 14

Ciência Cidadã
por Paulo Ferreira
da Cunha
pág. 22

As faltas justificadas
por Gonçalo Velho
pág. 26

PROCURA POR TALENTOS CRIATIVOS?



DESDE 1994
TERRA DAS IDEIAS
AGÊNCIA DE COMUNICAÇÃO CRIATIVA

Ligue-nos!

263 589 307 | 939 515 927

WWW.TERRADASIDEIAS.COM

FICHA TÉCNICA:

Propriedade da Revista
SNESup

Sede Nacional

Av. 5 de Outubro, 104, 4.º
1050-060 LISBOA
Telefone: 217 995 660
Fax : 217 995 661
E-Mail: snesup@snesup.pt
Site: www.snesup.pt

Outras Sedes do SNESup

Pr. Mouzinho Albuquerque, 60 - 1.º
(Rotunda da Boavista)
4100-357 PORTO
Telefone: 22 543 05 42
Fax 225 430 543
E-Mail: snesup.porto@snesup.pt

Estrada da Beira, 503, R/C, A
3030-173 COIMBRA
Telefone: 239 781 920
Fax: 239 781 921
E-Mail: snesup.coimbra@snesup.pt

Jul/Ago/Set

Periodicidade Trimestral

Administração

Av. 5 de Outubro, nº 104, 4.º
1050-060 LISBOA
Telefone: 217 995 660
Fax : 217 995 661
E-Mail: snesup@snesup.pt

Diretor

Paulo Peixoto

Diretoras-adjuntas

Catarina Fernando
Teresa Nascimento

Conselho Editorial

Álvaro Borralho
Catarina Fernando
Gonçalo Velho
João Leitão
Mariana Gaio Alves
Paulo Ferreira da Cunha
Teresa Nascimento

Produção, Edição e Publicidade

Terra das Ideias
Rua Fernando Oliveira, 8
2130-999 Benavente
Telefone: 263 589 307
Fax: 263 589 309
E-Mail: apoioaocliente@terradasideias.com
www.terradasideias.com

**Conceção gráfica, paginação,
pré-impressão e impressão**

Terra das Ideias
www.terradasideias.com

**Registado na Entidade Reguladora para
a Comunicação Social com o número:**
125898

Tiragem

5.000 Exemplares

Depósito Legal

180504/02

ISSN 2183-2110

Preço: 5 Euros

Assinatura de 5 Números: 25 Euros

Créditos Fotográficos

Istockphoto, Arquivo da Revista



A universidade na teia da tecnocracia

>4 Opinião

Universidades e mentalidade de *bunker*

>7 Vida Sindical

SNESup reúne Grupos parlamentares para debater
regime transitório dos estatutos de carreira

>8 Organização do Ensino

- > O declínio da Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar
- > O limbo da enfermagem em Portugal: entre politécnico e universidade

>22 Investigação científica

A urgência de uma ciência cidadã

>26 Carreiras

As faltas justificadas

>28 Temas atuais

- > Produção e criação literárias
- > Participação laboral

>44 Secção jurídica

Reposição de aulas

PAULO PEIXOGO

PAULO.PEIXOGO@SNESUP.PT

A máquina de triturar intelectuais

Quando se tornou Imperador do Sacro Império Romano-Germano, Carlos IV fundou, em meados do século XIV, a Universidade de Praga, a primeira da Europa Central. Com esta medida, Carlos IV visava expressamente formar funcionários que fossem capazes de instituir e de disseminar o seu poder formal num território vasto. Mais de 5 séculos depois, também em Praga, Franz Kafka retratava a vaga de submissão que se instalava na Europa no início do século passado. Essa vaga era reificada pelos funcionários e dava forma à tirania da burocracia. O funcionário anónimo tinha triunfado. O seu objetivo não era mais impor o poder do estado, a racionalidade do bem comum, nem mesmo a vontade dos poderosos. O seu objetivo visava tão só impor o seu próprio poder por via da criação de um inferno quotidiano onde ardiam cidadãos indefesos. A irracionalidade de um mundo feito de papéis criou um cenário de exaustão física e psicológica, capaz de ir moendo aos poucos qualquer indivíduo, por mais paciente que fosse. Ainda que sem papéis, mas cada vez com mais formulários, a academia converteu-se numa máquina de triturar intelectuais. Ao “funcionalizar” os seus profissionais sitiou a capacidade criativa. Ao impor métricas em todas as dimensões da profissão formatou disciplinadamente os comportamentos. Dir-se-ia, à margem do pessimismo kafkiano, que alcançou o mundo perfeito. Tanto mais que num contexto representado pelo poder da intelectualidade, como é o da academia, a síndrome de *burnout* naturaliza-se sem percalços.

O “intelectual funcionalizado” coloca o trabalho como a medida mais relevante da sua autoestima; isola-se progressivamente, mas consagra-se cegamente à causa, desprezando as suas necessidades pessoais e relacionais; converte tudo numa urgência extrema e imediata, dedica-se com afinco e faz sozinho o que tem de ser feito, em qualquer dia da semana, a qualquer hora do dia; a necessidade de se afirmar perante os pares e de dar provas da sua superioridade

Ao “funcionalizar” os seus profissionais sitiou a capacidade criativa. Ao impor métricas em todas as dimensões da profissão formatou disciplinadamente os comportamentos.

permitem-lhe tomar consciência que alguma coisa não está bem, mas não há cedência nem baixa médica e só uma doença muito grave pode ser um problema. De vez em quando queixa-se. Mas essa é, precisamente, a primeira regra do jogo burocrático em que se enredou. Queixa-se, não porque tenha vontade de se libertar, mas para legitimar a vontade de impor aos outros os mesmos sacrifícios. O número 53 da *Ensino Superior – Revista do SNESup* destaca a relação entre universidade e intelectualidade. Trata-se de uma relação aparentemente óbvia, mas que urge questionar. Em “Opinião” problematizamos o modo como, na academia, a falta de exposição à diversidade fomenta uma intelectualidade dominada por uma mentalidade de *bunker*. Paulo Ferreira da Cunha, desenvolve, na secção “Investigação

Científica”, uma reflexão de pendor ensaístico onde sugere que os sábios desistiram em massa de pensar o seu tempo e que o modo como se exercem as profissões académicas e científicas está a torná-las plácidas, inócuas e burocratizadas. Gonçalo Leite Velho, na secção “Carreiras”, aborda a “funcionalização”, argumentando que pequenos e grandes assédios, um controle sucessivo e outras tendências estão a mudar a natureza da academia e das profissões

docentes e científicas. Este argumento é suportado, na “Secção jurídica” pelo parecer de José Henriques Martins, que escarpaliza o dever de reposição de aulas. Em “Organização do ensino”, Gonçalo Brás destaca, através do exemplo da escola onde foi docente, a natureza da questões que contribuem para o declínio da instituição. E Ana Paula Monteiro discute o estatuto da enfermagem portuguesa, defendendo o seu enquadramento no ambiente universitário. Em “Temas atuais”, Hermes Augusto Costa traz ao debate a questão da participação laboral, analisando diretivas e experiências ligadas aos conselhos de empresa europeus. A habitual rubrica “Relatos do Bule” centra-se na temática da produção e criação literárias. Aproveito para, em nome da revista, deixar votos de boas férias ●



PAULO PEIXOTO

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Intelectuais com mentalidade de *bunker*.

Passou muito tempo desde que os intelectuais estavam na vanguarda. Na verdade, a própria noção de vanguarda extinguiu-se há muito tempo.

Bruno Latour

O mediático episódio recentemente protagonizado por Tim Hunt – distinguido com um Prémio Nobel no início do século – pode ser retido para exemplificar como é possível chegar ao topo da atividade académica e científica envolto em profundos e infundados preconceitos, no caso vertente de teor sexista. Bruno Latour, a quem peço emprestada a epígrafe que abre o texto, mostrou, com o seu trabalho, que a ciência não é uma atividade fria e mecânica, devendo ser encarada como qualquer outra atividade social e económica, pois desenvolve-se num contexto permeado por complexas relações sociais. Hunt, que é mais um exemplo da realidade evidenciada por Latour, apesar de ter pedido publicamente desculpa, reiterou as suas convicções e assumiu a sua reputação chauvinista. Independentemente da posição que se possa ter em relação a esta polémica, a crença que a ciência e a academia existem à margem dos preconceitos dos seus agentes é sempre pior que os preconceitos em si mesmos. Sudhir Hazareesingh publicou recentemente um ensaio (“Como pensam os franceses: um retrato afetuoso de um povo intelectual”) onde, enfatizando que a França produziu durante muito tempo grande parte dos pensadores de craveira mundial, se pergunta porque desapareceram os grandes pensadores franceses. Dos argumentos que mobiliza para responder a esta questão, destaco duas ideias. Por um lado, a ideia que as elites culturais francesas perderam uma visão eclética do mundo que sempre tinha orientado a sua formação. A tensão inspiradora resultante da mistura entre racionalismo cartesiano, e republicanismo

e marxismo foi devorada pela ascendência dos valores tecnocráticos. Por outro lado, a ideia que, desde os anos 1960, as elites francesas e as lideranças políticas (Hazareesingh dá vários exemplos) passaram a sair cada vez mais das *Grandes Écoles* tecnocráticas, pontificando entre elas a *École Nationale d'Administration*. Se isso deu aos líderes políticos capacidade de trabalho e competências para gerir dossiers difíceis também lhe tolheu a capacidade de pensar criativamente e de se abrir à diversidade. De modo que, quando se olha para as elites, sobressai uma mentalidade corporativa, que Hazareesingh designa por mentalidade de *bunker*. O autor destaca, em particular, o estilo e o *ethos* esmagadoramente masculino de liderança, realçando que os partidos políticos violam conscientemente a lei da paridade e que as mulheres, em França mais do que em qualquer outro país desenvolvido, têm dificuldade em assumir a liderança política. A única mulher que chegou à função de primeiro-ministro, Édith Cresson, não aguentou um ano no cargo.

A universidade é recorrente e acriticamente representada pela ideia da *torre de marfim*. O estigma que afeta os académicos devido ao suposto alheamento intencional da vida quotidiana dos comuns mortais é apenas uma parte do problema. Outra parte, que não é menos importante, tem a ver com algumas das consequências dos contextos em que hoje se exercem as profissões académicas e científicas. Por um lado, apesar de tudo, as instituições estão hoje mais abertas a novos grupos, mais expostas ao olhar dos media e mais dependentes

do designado financiamento competitivo acarinhado pela retórica tecnocrática. São várias as dinâmicas que abrem portas de entrada e de saída na torre de marfim. Episódios como o de Tim Hunt só nos surpreendem se esquecermos quanto o desenvolvimento da ciência e da academia se subordinou a lógicas de masculinização e de machismo. O confronto com o diverso, e sobretudo as dinâmicas de redistribuição de poder que esse confronto acarreta, fazem com que muitos lidem mal com a realidade emergente que é capaz de questionar as hegemonias. Por outro lado, as lógicas de hiperespecialização das profissões académicas e científicas, o produtivismo consubstanciado na urgência de publicar, a disseminação das ideias de concorrência e de competitividade, entre muitos outros, reforçaram a atomização dos académicos. Estão cada vez mais isolados num campo aberto e exposto. Essas lógicas tornaram-os muito competentes na sua área de atuação mas fizeram com que deixassem de ter uma visão eclética do mundo e do universo particular em que se movem. Em suma, produziram visões muito enviesadas da realidade. A mentalidade de *bunker* que daí resulta faz com que tudo esteja previamente resolvido por fórmulas que, numa realidade complexa, só os mais hábeis tecnocratas são capazes de dominar. Por isso, a capacidade intelectual para ver a mudança que emerge no contexto rareia na academia. E a capacidade para a provocar, por via do pensamento criativo e da abertura à diversidade, é ainda mais difícil de encontrar ●

Parecer da CFD sobre o relatório e Contas do SNESUP para o ano de 2014

Conforme os Estatutos, a CFD deu um parecer, desfavorável, ao Relatório de Contas relativas a 2014 e que tinham sido apresentadas pela Direção do SNESUP. De acordo com a Ata nº 7 da CFD do SNESUP, "Aos catorze dias do mês de maio de dois mil e quinze, pelas onze horas reuniram na sede do SNESUP os membros da Comissão de Fiscalização e Disciplina, Gonçalo Nicolau Cerqueira Sopas de Melo Bandeira; João Álvaro Poças Santos, José Jasnao Caeiro, Nuno Miguel Cavalheiro Marques, Maria Teresa Candeias Godinho Henriques, Nuno Manuel Mendes Claro, Maria Francisca Merckx de Bivar Branco Xaivei e Maria Gorete Mendonça dos Reis. O Conselheiro André Gonçalo Dias Pereira faltou por motivo justificado. Verificou-se quórum deliberativo." § "A reunião decorreu tendo em atenção os seguintes pontos na ordem de trabalhos: Ponto um-Retificação do lapso detetado na Ata número um, sobre a tomada de posse dos membros do CFD, a ser feita nesta reunião; Ponto dois – Apreciação e parecer das Contas do exercício económico do ano 2014 do SNESUP; Ponto três – Compra das sedes do SNESUP." § (...) "Ponto dois – Apreciação e parecer das Contas do exercício económico de 2014 do SNESUP. A Conselheira Maria Teresa Candeias Godinho Henriques fez o enquadramento da situação das Contas do exercício económico do ano 2014 e das diligências feitas para melhorar a qualidade do relato financeiro. Foi deliberado por unanimidade emitir parecer desfavorável às Contas nos termos do parecer que se anexa (anexo único)." § "Ponto três – Compra das sedes do SNESUP. A CFD conhecendo a intenção de compra de sedes no Porto e em Coimbra recomenda ponderação relativamente aos fatores de risco destas aquisições: o

elevado montante envolvido; o prejuízo fiscal relativo à alternativa de arrendamento, nomeadamente despesas relativas a depreciações, manutenção e taxas de condomínio; aumento verificado ao longo dos últimos anos nas despesas de apoio jurídico, instabilidade social financeira do país onde se salienta o regime de transição no ensino superior e eventual necessidade de recurso a fundo de greve." § "A ata da presente reunião depois de lida foi aprovada por unanimidade dos membros sendo assinada pelo presidente e por mim que secretariei a reunião. Pelas quinze horas deu-se por encerrada a reunião." § ("Gonçalo Nicolau Cerqueira Sopas de Melo Bandeira" § "Presidente da Comissão de Fiscalização e Disciplina" § "Maria Gorete Mendonça dos Reis"). "Parecer § De acordo com a alínea f) do número dois do artigo décimo quinto dos Estatutos do Sindicato Nacional do Ensino Superior, a Comissão de Fiscalização e Disciplina analisou o Relatório e as Contas anuais submetidas pela Direção, referentes ao ano de 2014." § "Considerando: § 1. A manutenção das dúvidas evidenciadas no parecer na CFD relativo às contas de 2013, nomeadamente 'imparidades de dívidas a receber' e 'dívidas de terceiros', a que se junta a deficiente informação produzida pelas reconciliações bancárias;" § "2. A apreciação prévia de oito versões das Contas de 2014, pelo facto de não terem sido acolhidas as sugestões de melhoria de relato apresentadas pela CFD;" § "3. A falta de fundamentação que sustente o registo contabilístico do gasto referente à Revista n.º 46, que influencia diretamente o resultado líquido do exercício;" § "4. A não realização do valor excedente de reavaliação." § "Somos de opinião que as demonstrações financeiras referidas não apresentam de forma verdadeira e

apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira, o desempenho económico e os fluxos de caixa do Sindicato em 31 de dezembro de 2014, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites, tendo como referencial o sistema de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo." § "Assim e nos termos referidos nos Estatutos, a Comissão de Fiscalização e Disciplina emite parecer desfavorável à aprovação do Relatório e Contas do período de 2014, apresentados pela Direção." § "Lisboa, 14 de maio de 2015". "Presidente da Comissão de Fiscalização e Disciplina" § "Gonçalo Nicolau Cerqueira Sopas de Melo Bandeira" § "Redatora" § "Maria Teresa Candeias Godinho Henriques". No dia 16/5/2015, o Conselheiro da CFD Prof. Doutor André Dias Pereira enviou a seguinte declaração por escrito: "Ex. mo Senhor Presidente da Direção do Sindicato Nacional do Ensino Superior, § Ex.mo Senhor Presidente da Comissão de Fiscalização e Disciplina, Caros Colegas, § Tendo estado ausente da reunião do CFD, por ter estado no estrangeiro numa deslocação de serviço, venho por este meio, manifestar a minha concordância com o Parecer constante da Ata n.º 7 da reunião da CFD. § Saudações académicas e sindicais, § André Gonçalo Dias Pereira". Deste modo, a CFD, por unanimidade dos seus 9 Conselheiros decidiu, com fundamentação, dar um parecer desfavorável quanto ao Relatório de Contas de 2014 que tinham sido apresentadas pela Direcção do SNESUP. Bem como recomendou extremas cautelas na compra de novas sedes em detrimento da opção pelos arrendamentos, face aos elevadíssimos montantes envolvidos de €450.000. O que poderá inclusive trazer prejuízos fiscais ao SNESUP •

SNESup assina protocolo com Vida Económica

O Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESup) e o grupo editorial Vida Económica estabeleceram um acordo no âmbito do qual passam a dispor de uma série de produtos e serviços em condições muito vantajosas.

A Vida Económica fará um desconto de 50% em todos os livros e ebooks por si editados e comercializados através da livraria online. O acesso a esta vantagem passa pelo registo dos membros em <http://livraria.vidaeconomica.pt>, seguido de envio do número de associado do SNESup para o email encomendas@vidaeconomica.pt para sua validação.

O protocolo prevê também o apoio a eventos anuais do SNESup bem como a análise de potenciais obras dos seus associados para publicação com a marca VE ou mesmo conjunta. O sindicato, por seu lado, compromete-se a colaborar com a Vida Económica na divulgação do protocolo e respetivos benefícios aos seus associados (VER Contracapa da Revista) ●

50%
DE DESCONTO*

* Ao abrigo do Protocolo SNESup / Vida Económica



Registe-se já em:
<http://livraria.vidaeconomica.pt>
e usufrua de 50% de desconto

Regime transitório dos estatutos de carreira - SNesup reúne Grupos Parlamentares

Se há algo que o SNESup já demonstrou é que se pode fazer. Em 2009 muitos não acreditavam que se pudesse intervir na revisão dos Estatutos, mas pôde-se fazer. Em 2010 sabíamos que era necessário intervir para corrigir; pôde-se fazer. Agora, poucos acreditavam que fosse possível reunirmos todos os Grupos Parlamentares para ouvirem em discurso direto os Docentes e Investigadores na Casa da Democracia. E aí temos, a abertura à negociação que ninguém esperava e a intervenção numa matéria fundamental: Pode-se fazer!

Se os Deputados demonstraram disponibilidade, se podem tomar a palavra para resolver, estamos a chegar cada vez mais perto do que muitos consideravam impossível.

A Democracia existe, a participação é fundamental e é sempre possível fazer melhor. Começamos a abrir uma porta que parecia trancada. Queremos agradecer a todos os colegas que estiveram presentes e aos Grupos Parlamentares que aceitaram este desafio. Sejam as propostas já avançadas pelo PCP, as sugestões do BE e do PS, bem como a abertura do PSD, há trabalho e é possível concretizar. O caminho está aí para ser trilhado. Têm a palavra as Senhoras e Senhores Deputados ●



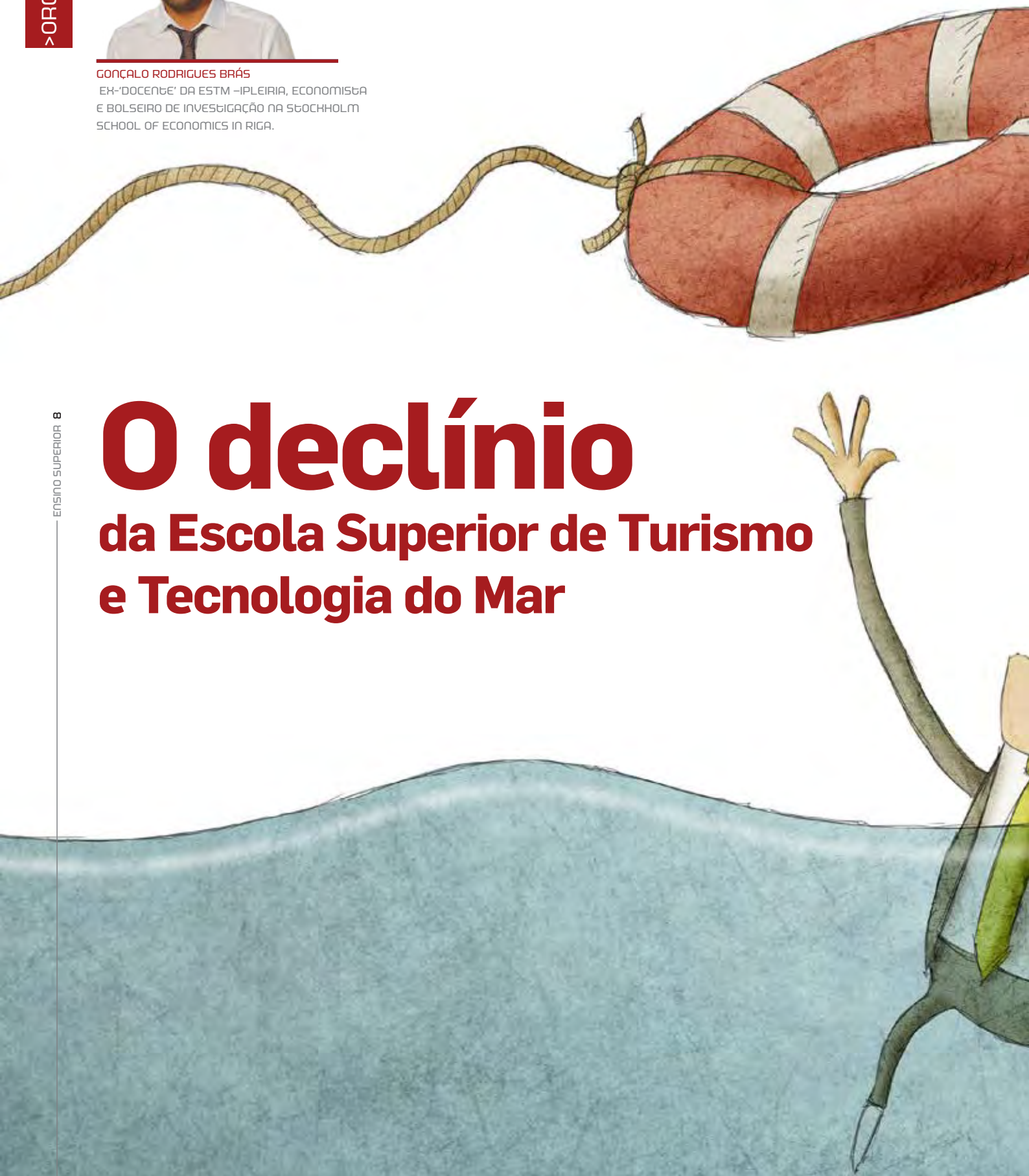


GONÇALO RODRIGUES BRÁS

EX-“DOCENTE” DA ESTM – ILEIRIA, ECONOMISTA
E BOLSEIRO DE INVESTIGAÇÃO NA STOCKHOLM
SCHOOL OF ECONOMICS IN RIGA.

O declínio

da Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar



Confesso ter deixado este artigo no forno uns meses largos com o intuito de obter dados mais recentes para melhor perceber o contributo da direção que tomou posse no início de 2014. Apesar da distância, no tempo e no espaço, a informação flui e, ao que já suspeitava enquanto ainda estava na Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar (ESTM) – Instituto Politécnico de Leiria (IPL), a direção encabeçada pelo Prof. Paulo Almeida, embora com pequenas diferenças para melhor, parece limitar-se à linha de continuidade completamente deficitária e desajustada da direção que a antecedeu sob a égide, em sentido literal, da Prof. Teresa Mouga. Deixemos a superficialidade que os argumentos podem conter e mergulhemos nos factos. Uma vez que os últimos dados disponíveis remontam ao ano letivo de 2013/2014, centremos a nossa análise no último quinquénio, ou seja, no período que medeia os anos letivos 2009/2010 e 2013/2014. No período considerado, o número médio de alunos inscritos

em cursos de licenciatura da ESTM vem registando um decréscimo muito significativo (28,3%). Tal deve-se, cumulativamente, ao facto de o número total de alunos inscritos neste ciclo de estudos vir recuando desde 2009/2010 até 2013/2014 (cerca de 21,8%) e de a oferta de cursos de licenciatura ter aumentado no ano letivo 2012/2013. Mesmo que tentemos diluir o efeito do aumento da oferta de mais um curso de licenciatura em 2012/2013, se observarmos a variação do número total de alunos inscritos por turma, confirma-se a dita redução de alunos na casa dos 28% (em média) para o período citado.

A crise vivida no país no período considerado seria um bom argumento para o sucedido e, de resto, ela está sempre à mão de semear de quem sacode a água do capote. Deixemo-la lá no seu canto, no dos argumentos, pois os factos, como de seguida veremos, refutam-na liminarmente. Com efeito, para o período considerado, numa perspetiva de *benchmark*, podemos comparar o

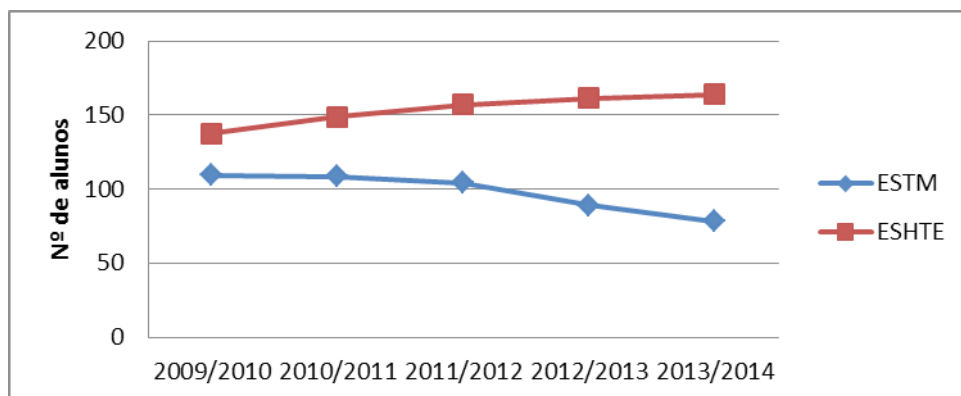


Figura 1: **Nº médio de alunos inscritos por curso de licenciatura**
 Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

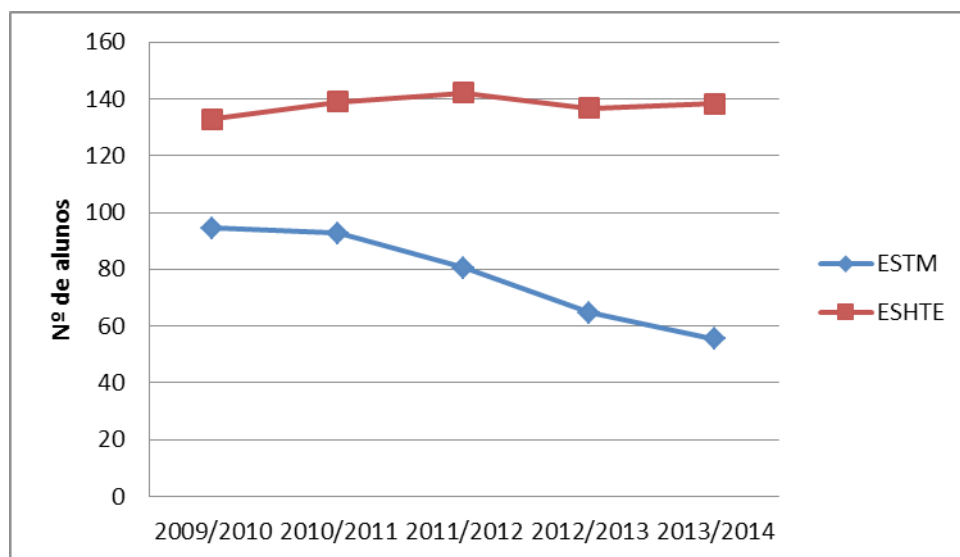


Figura 2: **Nº médio de alunos inscritos por curso (licenciatura e mestrado)**
 Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

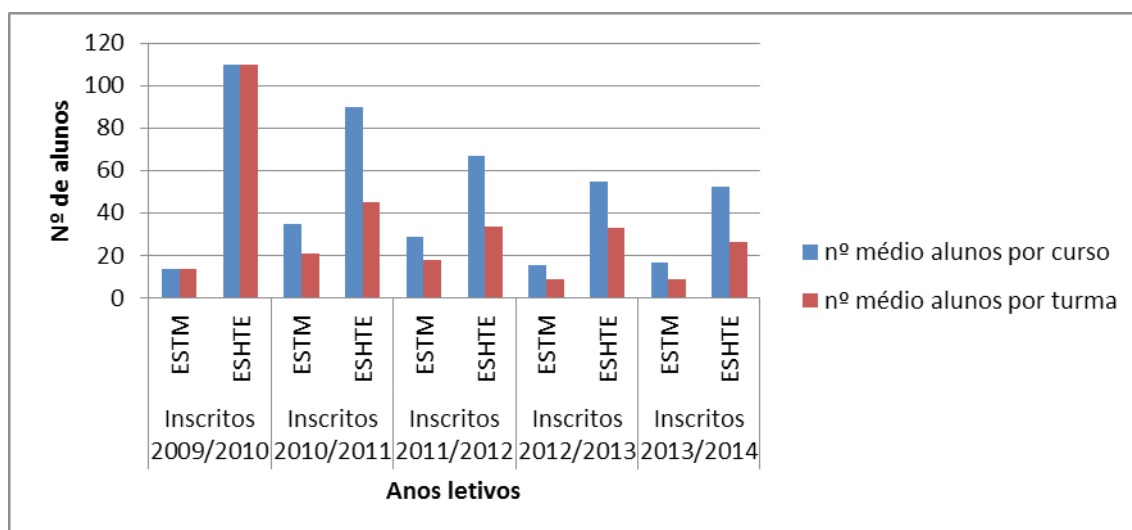


Figura 3: **Nº médio de alunos inscritos no 2º ciclo (mestrado)**
 Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

comportamento da ESTM com a Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril (ESHTE) no que respeita ao número médio de alunos inscritos por curso de licenciatura – **Figura 1.**

Além do ponto de origem ditar já uma diferença considerável entre instituições, no que respeita ao número médio de alunos inscritos por curso de licenciatura, os dados mostram o agudizar dessa diferença e o acentuar da divergência da ESTM face à ESHTE neste particular. Poder-se-ia argumentar que a ESTM, com a aposta crescente em cursos de mestrado, contrariamente à ESHTE, que tem optado por manter a oferta praticamente constante, pudesse atenuar a divergência comparada entre as duas instituições no que respeita ao nº médio de alunos inscritos por curso. Porém, conforme ilustra a **Figura 2**, tal não se verifica.

De facto, vejamos então os dados referentes ao ciclo de estudos de mestrado nas duas instituições para, de seguida, reportar a informação mais relevante – **Figura 3.**

No que respeita ao ciclo de estudos de mestrado, quer a ESHTE, desde 2009/2010, quer a ESTM, desde 2010/2011, registam uma queda do nº de alunos inscritos por turma e por curso que se prolonga até ao ano letivo 2013/2014. Pese embora esta tendência comum às duas instituições, os dados revelam diferenças abissais entre ambas. Nos períodos considerados, para ambas as instituições, o menor fluxo do número médio de alunos inscritos no ciclo de estudos de mestrado ocorreu nos anos letivos mais recentes, 2013/2014 para a ESHTE e 2012/2013 para a ESTM. Se tomarmos em consideração o ano letivo de 2013/2014, a ESHTE regista um número médio de 26 alunos por turma, enquanto a ESTM observa um número médio de 9 alunos por turma. Ainda se considerarmos o ano letivo de 2013/2014, quanto ao número médio de alunos inscritos por

curso, a ESHTE regista cerca de 52 alunos enquanto a ESTM se queda pelos 16 alunos/curso. Neste domínio, a queda mais pronunciada do nº médio de alunos inscritos (por curso e por turma) na ESHTE, face aos números registados pela ESTM, poderia indiciar a aproximação das instituições. Contudo, com uma média de 9 alunos inscritos por turma no ano letivo 2013/2014 no ciclo de estudos de mestrado (face a 26 alunos da ESHTE), facilmente se constata que o que está em causa é a sustentabilidade

Mas, então, porque tem decrescido o número de alunos inscritos? Estará a casa arrumada para eles entrarem?

deste ciclo de estudos na ESTM e nunca qualquer indício de convergência face à sua congénere mais a sul. Os que poderão querer contraditar esta dura realidade poderão sempre argumentar que tem sido dada prioridade a outros eixos, como o eventual aumento da produção científica e o aumento real da capacidade tecnológica instalada na ESTM. Reconhecendo que algum esforço tem sido feito nesse sentido, mais uma razão para um crescente interesse dos alunos na ESTM. Mas, então, porque tem decrescido o número de alunos inscritos? Estará a casa arrumada para eles entrarem? Estará habitável? Infelizmente, temo estar completamente desarrumada e, à luz dos factos relatados, tal tem contribuído para a perda de competitividade da ESTM. A experiência de 8 anos ao serviço da ESTM dá-me alguma orientação para identificar, do ponto de vista pessoal e profissional, lacunas básicas a vários níveis: (i) Gestão de recursos humanos, (ii) Responsabilidade social-ética-legal, (iii) Política de comunicação, (iv) Articulação do planeamento operacional com o planeamento estratégico e

tático e (v) Visão estratégica.

Gestão de recursos humanos.

A este nível, no que respeita ao acesso à carreira, parece-me crítica a desigualdade entre pessoas afetas aos serviços de apoio e professores. Enquanto que os primeiros conseguem vincular à instituição com muito menos anos de serviço (e ainda bem que o fazem pois é um direito que lhes assiste), muitos professores, que formalmente não o são por impossibilidade de aceder à carreira, andam anos a fio a contrato – no meu caso 8 anos, mas existem colegas que já lá andam há muito mais tempo nesta situação. Uma vez que as pessoas afetas aos serviços de apoio da escola conseguem uma maior estabilidade na carreira face aos que por lá andam a dar aulas, a pergunta que se impõe é esta: a força motriz da escola está nos serviços de apoio ou nos professores? Em ambos, diria eu! Outra questão que me causa uma perplexidade tremenda é a afetação de professores às disciplinas a lecionar, a qual é registada na distribuição de serviço docente em cada ano letivo. O 'cozinhado' de tal distribuição é tão rocambolesco que, a título de exemplo, pude observar professores de física a dar a disciplina de "criatividade no marketing" ou de psicólogos e antropólogos a dar a disciplina de "marketing na restauração". A lista seria longa, assim como a responsabilidade do Conselho Técnico Científico da ESTM neste domínio, pelo que por aqui me fico. Neste âmbito, existem outras questões igualmente pertinentes, como sejam a falta de equidade e de justiça no tratamento entre pares e a ausência de uma avaliação de desempenho com base no mérito e nunca pela subserviência e servilismo (este parece ser o fator crítico de avaliação, pelo menos para os precários). A cadência de erros grosseiros referente à gestão de recursos humanos em particular influenciam negativamente o desempenho da escola com prejuízo claro para os próprios alunos.

Responsabilidade social-ética-legal.

Relativamente à responsabilidade social-ética-legal, ou falta dela, saliento: (i) a precariedade vigente de grande parte do corpo docente, (ii) as horas que alguns professores lecionam para além do limite máximo semanal fixado por lei, designadamente no Ensino à Distância, (iii) a falta de sensibilidade institucional face ao direito à greve, (iv) a interpretação da letra da lei por parte do IPL, sempre prejudicial ao trabalhador (a violação da diretiva 1999/70/CE ou o incumprimento da compensação por caducidade contratual consagrada no n.º4 do artigo 252.º do Regime Jurídico do Contrato de Trabalho em Funções Públicas) e (v), em consequência das premissas anteriores, o clima de medo reinante e fomentado na instituição.

Política de comunicação.

A política de comunicação da escola tem feito o seu caminho e confesso ter observado algumas mudanças para melhor nos últimos tempos. Contudo,

neste domínio, vejo que a escola, por vezes, tem seguido ao arrepio da onda do surf. *Flyers* e cartazes da escola que se confundem com os de uma qualquer *surf school* ou *surf house*, não são próprios de uma instituição de ensino superior pois, neste caso, “não basta ser

A precariedade vigente de grande parte do corpo docente

sério é preciso parecê-lo”. Até percebo que a escola queira definir o seu posicionamento por essa via mas não se pode confundir a comunicação de uma instituição de ensino superior com a comunicação de uma *surf school* ou *surf house*. Tal é a ânsia de obter resultados a curto prazo que persistem neste erro crasso, o qual, a longo prazo, poderá conduzir a escola a resultados desastrosos. Até percebo que se queira primar pela diferença mas, em face da política de comunicação vigente na ESTM, é caso para refletir. Será uma bicicleta ferrugenta melhor por ser diferente?

Articulação do planeamento operacional com o planeamento estratégico e tático.

Nós, portugueses, somos pródigos no plano para o dia de hoje que o amanhã vem longe. Contrariamente ao nórdicos, para nós, embora com algumas mudanças para melhor nos últimos anos em Portugal, planear não tem sido regra mas a exceção. Dito isto, na ESTM não é diferente mas há coisas básicas que o sub-sistema de gestão terá sempre de assegurar, isto é, de criar condições adequadas para que o nível operacional (sala de aula) não colapse. A título de exemplo, no mesmo dia em que ocorria, com pompa e circunstância um seminário internacional, faltava papel para trabalhar na ESTM. Sim, leu bem, papel! Com alguma frequência, faltava o “pão nosso de cada dia” para trabalhar. Chegou a acontecer em dia de provas escritas que tinha para dar. Apenas refiro este exemplo do papel porque, reitero, não era episódico ou pontual, acontecia com alguma frequência.



A título de curiosidade, tive conhecimento que, em 2014, a ESTM 'exportou' o seu Congresso Internacional de Turismo para o Sultanato de Omã, esse exemplo maior de democracia, liberdade e de salvaguarda dos direitos humanos. E o papel, continuará a faltar?

Visão estratégica.

Quando algo corre mal, toca de mudar. E o que mudar quando não se sabe para onde vai? Quando não existe uma linha de orientação estratégica definida, torna-se difícil compreender algumas medidas, completamente avulsas, que o decréscimo de alunos fazia suscitar no início de cada ano letivo. Uma visão míope da qual resultava a criação de grupos de trabalho sem critérios definidos sobre as mais diversas causas que poderiam estar na origem do problema. O típico apagar de fogos, o pródigo ataque a jusante sem resultado algum no longo prazo. Na internet, tropecei numa história com algumas similitudes, na qual se discutiam as causas da derrota

de uma canoa portuguesa, composta por 7 capitães e um remador, face a uma canoa japonesa, composta por 1 capitão e 7 remadores. Para melhorar o seu desempenho, os portugueses decidiram implementar na canoa uma cadeia hierárquica com um diretor, três sub-diretores, três assessores e manter um remador. O seu desempenho piorou face ao resultado anterior.

Esgrimidos argumentos, não é ao acaso que expressão "construir a casa pelo telhado", embora já gasta e velhinha, se reveste de predicados úteis. De facto, em face da exposição supra, facilmente constatamos que a lógica de gestão da ESTM está completamente subvertida. A este propósito, parece-me claro que a ESTM, enquanto escola predominantemente ligada ao Turismo, teima em remar ao contrário da maré turística que lhe seria favorável, em função da expansão que o setor do Turismo vem registando em Portugal nos últimos anos.

Chegados aqui, vai longo o rol de factos e argumentos expressos, questionar-se-á o leitor sobre a necessidade que

tenho ao escrever este emaranhado de considerandos.

Faço-o como alerta e no sentido de que o esforço de alguns no nascimento e consolidação da ESTM – estou a lembrar-me do saudoso Prof. Duarte Nuno, do Prof. Júlio Coelho ou do do Prof. Luís de Almeida, entre outros –, não tenha sido em vão. É que, ao jeito de Titanic, a banda continua a tocar alegremente sem que haja consciência de que o naufrágio será para todos e não, como erradamente se julga, apenas para os precários do costume (nos quais eu me incluía).

Se aprender com os erros dos outros será condição para competir num mercado exigente, como o é o do ensino superior, aprender com os próprios erros é condição de sobrevivência no dito mercado.

O concelho, a região e o país merecem uma reflexão interna pois sem alunos não há escola e sem massa crítica também não •



ANA PAULA TEIXEIRA DE ALMEIDA VIEIRA MONTEIRO

PHD CIÊNCIAS BIOMÉDICAS; MSC SOCIOLOGIA

RN ESPECIALISTA EM SAÚDE MENTAL

PROFESSORA-ADJUNTA DA ESCOLA SUPERIOR
DE ENFERMAGEM DE COIMBRA

Enfermagem em Portugal Ensino Politécnico, Ensino Universitário ou um limbo de indefinição?



O que é um enfermeiro?

Se perguntarmos a uma criança ou a um cidadão comum, a definição imediata surge simples e fácil. O enfermeiro “*é o que dá a pica*”. Ou seja, é quem administra a terapêutica prescrita pelo médico. O médico detém “*o saber*”, o enfermeiro é o “*executante*”, o artesão prático desse saber instituído. O médico “*cura*”, o enfermeiro “*é o que trata dos doentes*”. O enfermeiro é quem lida com as secreções, o sangue e lágrimas, o vômito, a morte ou o nascimento, fazendo o *dirty work* do trabalho das equipas de saúde. Esta intuição simplista do senso comum traduz uma outra realidade mais funda, do quotidiano da enfermagem – o *cuidado holístico centrado na pessoa*, considerada na sua totalidade (o que inclui o indivíduo mas também a família, a comunidade de pertença, o contexto ambiental) e a satisfação de necessidades humanas fundamentais quando estas estão comprometidas por processos de doença ou de transição ao longo do ciclo de vida.

Ou seja, aquela resposta imediata e não elaborada do conceito de enfermagem, traduz, em boa verdade, as questões essenciais sobre a prestação e organização dos cuidados de saúde no limiar do século XXI e de que forma deve a formação académica dos enfermeiros estar enquadrada nos modelos de ensino superior.

As ciências da saúde em geral e a enfermagem em particular encontram-se numa zona de fronteira, num momento de transição, quer na dimensão de afirmação académica e científica, quer na dimensão societal. As mudanças emergentes são intensas e muito rápidas em vários domínios: o envelhecimento populacional à escala global; a mercantilização dos cuidados de saúde; a explosão epidemiológica das doenças degenerativas e das doenças mentais; as alterações climáticas; o terrorismo; os fluxos de pessoas; os riscos de pandemias globais. Também o desafio das novas biotecnologias e dos sistemas informáticos aplicadas às ciências da saúde, associados à hipercomplexidade das intervenções clínicas hospitalares e comunitárias, implicam uma *re-criação* da formação académica em todas as áreas de saúde, mas são mais evidentes quando se trata da formação de profissionais *cuidadores diretos* de pessoas em situação de vulnerabilidade.

Ensino superior público em Portugal – um modelo em transformação

A organização do ensino superior português integra o ensino universitário e o ensino politécnico. O atual quadro legislativo, por questões político-ideológicas de base, tem estabelecido nos últimos anos uma clara diferenciação entre os dois sistemas, universitário e politécnico. Se tivéssemos de explicar de uma forma simples a diferença definidas na lei, poderíamos dizer que os cursos

(...) de que forma deve a formação académica dos enfermeiros estar enquadrada nos modelos de ensino superior.

superiores do ensino politécnico têm uma vertente mais técnica e prática enquanto os cursos superiores das universidades têm uma vertente mais teórica e conceitual. Outra forma mais simples de explicar esta diferenciação é o tempo de duração – os cursos técnicos ou de orientação tecnológico-profissional tendem a ser de curta duração e muito voltados para as necessidades reais do mercado de trabalho e para o exercício prático de uma profissão específica. O ensino politécnico (que veio substituir o antigo ensino médio) esteve para se chamar inicialmente “*ensino superior curto*”.

A rápida e intensiva preparação para

O ensino politécnico (que veio substituir o antigo ensino médio) esteve para se chamar inicialmente “ensino superior curto”

o mercado de trabalho em estudos intermédios está também relacionada com questões muito práticas que hoje se colocam aos jovens e famílias como a *empregabilidade* ou a *utilidade prática dos saberes académicos*. De acordo com a lei, o ensino universitário está mais orientado para a promoção de *investigação “pura”* e de criação do *saber* enquanto o ensino politécnico está mais orientado para a *investigação aplicada*, dirigida à compreensão e solução de problemas concretos.

Por outro lado, considera-se que o ensino universitário pretende formar para o desenvolvimento de capacidade crítica e reflexiva, de pensamento autónomo e criativo. Apesar das intensivas mudanças culturais, económicas e sociais que estão a reconfigurar o sistema universitário, esta é, para muitos investigadores, a *pedra de toque* para a definição do ensino superior universitário.

Isto implica outras diferenças na missão das instituições e na organização da rede do ensino superior. No Ensino Politécnico, além de cursos técnicos, há licenciaturas e mestrados profissionalizantes. Nas Universidades, há licenciaturas e mestrados académicos e são as únicas que podem atribuir o grau de *Doutoramento*. Também as exigências da carreira e da formação académica do corpo docente são diferenciadas. O número de doutorados professores nas universidades públicas portuguesas aumentou de 3232 em 1993 para 6500 em 2011, representando 69% do corpo docente. A proporção correspondente para o ensino superior politécnicos público era, em 2011, de 29% de doutores para o total do corpo docente¹.

Na *Universidade*, o ensino e a investigação é realizada sobretudo por *Doutores*, com uma *ratio* exigente de 1 doutor por cada 30 alunos². No politécnico, a formação é tendencialmente assegurada por *especialistas* (em cada instituição do politécnico a lei prevê um corpo docente com 15% de doutores e 35% de especialistas). E o que são especialistas? São pessoas consideradas com um currículo profissional excecional que são peritos nas áreas de ensino mais práticas ou tecnológicas, em forte ligação ao mundo empresarial e com a realidade do mercado de trabalho. Por exemplo, se uma *Escola Superior de Música* admitir como professor um músico com uma carreira excecional, independentemente da sua qualificação académica, isso será uma *mais-valia* institucional e aumentará

¹Centre for Higher Education Policy Studies –CHEPS (2013).Policy Challenges for the Portuguese Polytechnic Sector. A report for the Portuguese Polytechnics Coordinating Council (CCISP). Online em: <http://www.ccisp.pt/doc/CNE/Policy%20Challenges%20for%20the%20Portuguese%20Polytechnic%20Sector.pdf>

²Em 2010, a Rácio estudantes/doutores nas ES de Enfermagem não integradas, era de, respetivamente 60.1 alunos por doutor (EsenfC); 63.9 alunos por doutor na ESEPorto e 124.6 alunos por doutor na ESElisboa. Fonte: <http://www.ccisp.pt/doc/pt/Estudos/Anu%C3%A1rio%20IP%202010-CCISP.pdf>

as oportunidades de aprendizagem dos seus estudantes. De igual modo, se uma *Escola Superior de Hotelaria* contratar para professor um Cozinheiro com três estrelas do *Guia Michelin*, permitindo aos seus alunos uma aprendizagem prática com este *expert*, isso é sempre uma excelente vantagem educativa, independentemente do seu currículo académico científico.

A filosofia inerente à preponderância do *título de especialista* no ensino superior politécnico pressupõe a afirmação de que este é um *ensino eminentemente prático* e que se pode obter a excelência profissional em tarefas práticas sem uma correspondente formação académica e científica de topo. O contributo de especialistas no ensino superior na área das ciências da saúde pode ter uma radical utilidade na aproximação dos estudantes às questões da prática clínica ou no contacto com peritos de topo. Um especialista convidado pode ser um técnico de saúde com uma *experiência prática* inovadora ou um enfermeiro com *prática clínica* excepcional em áreas consideradas prioritárias.

Daí a exigência de 10 anos de experiência profissional, com exercício efetivo durante, pelo menos, cinco anos nos últimos 10. Esta orientação é especialmente válida para o ensino superior politécnico cuja missão legalmente definida consiste em *formações vocacionais* e *formações técnicas avançadas*, orientadas profissionalmente, para cujo cumprimento são indispensáveis profissionais com uma experiência profissional *regular e recente* na área em que lecionam³, experiência que não pode ser confundida com o regular o exercício da docência. De resto, o recente Decreto-Lei n.º 3/2015 de 6 de janeiro sobre o regime jurídico do título de especialista é muito clarificador no caso dos *Especialistas do ESP em Enfermagem* já que, desde há mais de vinte anos, a carreira de enfermagem e o seu exercício

prático **deixou de incluir a docência** (nas antigas categorias de enfermeiro-monitor ou enfermeiro-professor).

A massificação e utilização abusiva do *título de especialista* nas instituições do Ensino Superior Politécnico pode dar a ideia errada de estar a ser usada por professores de carreira do ensino superior politécnico para ascender na categoria através de uma validação "*profissional*" um pouco artificial, obtendo assim o que não se conseguiu o através do "*normal*" percurso académico dos docentes do ensino superior (mestrado, doutoramento e investigação avançada).

Enfermagem de Portugal - Universidade ou Politécnico?

Face a este modelo concetual bidimensional, como enquadrar o ensino de enfermagem? A necessidade de ir além de

uma noção simplista do modelo binário, viabilizando as condições para a consolidação de um sistema coerente, diversificado e sustentado⁴ implica uma visão mais abrangente das possibilidades de oferta formativa. Uma das formas de analisar esta questão é à luz da evolução histórica do ensino de enfermagem e do desenvolvimento científico da disciplina. Em Portugal, desde cedo a matriz da formação académica da enfermagem moderna emerge à sombra de instituições fulcrais – a **Universidade**, as suas **Escolas Médicas** e os seus **Hospitais Universitários**. Em Coimbra, a Escola Superior de Enfermagem Dr. Ângelo da Fonseca foi fundada em 1881 pelo Prof. Doutor Augusto da Costa Simões, médico e administrador dos Hospitais da Universidade de Coimbra. Então denominada "*Escola dos Enfermeiros de Coimbra*", a primeira do país, tinha como



³ Decreto-Lei n.º 3/2015 de 6 de janeiro 1.ª Série, N.º 3/2015, de 2015-01-06

⁴ CCISP (2014) . 11 Propostas para o futuro do ensino superior politécnico português. Online em: <http://www.ccisp.pt/doc/CNE/Memorando%20%20PROPOSTAS%20PARA%20O%20FUTURO%20O%20ENSINO%20SUPERIOR%20POLIT%C3%89CNICO%20PORTUGU%C3%8AS.pdf>

Acedido a 5 de Fevereiro de 2015



Os doutoramentos em enfermagem nas Universidades Portuguesas iniciaram-se apenas na última década.

das tecnologias/procedimentos em saúde e dos *settings* onde os enfermeiros exercem funções, mais elevado passa a ser o seu status profissional e o (re)conhecimento do seu potencial científico. E mais exigente se torna a sua formação académica de base. De “*ajudantes dos médicos*”, a “*colaboradores*” ou mesmo a seus substitutos em algumas tarefas específicas, em papéis até há pouco tempo estritamente reservados à classe médica, os paradigmas de intervenção de enfermagem têm mudado, embora por vezes apenas na aparência, mantendo a matriz inicial de dependência hierárquica do *poder-saber* médicos⁵ e ancorados ainda num modelo de biologização tecnológica.

No entanto, as intervenções mais abrangentes e estruturadas na área da prevenção primária e da saúde pública, o aumento da literacia em saúde da própria população portuguesa e o desenvolvimento científico disciplinar que a enfermagem foi realizando ao longo de décadas, conduziram a novas formas de organização dos sistemas de saúde com implicações nas necessidades do perfil profissional dos enfermeiros.

Assim, e quase com naturalidade, a plena incorporação do ensino de enfermagem no ensino superior e a correspondente integração do corpo docente das escolas superiores de enfermagem na carreira docente do ensino superior foi um importante passo na formação académica e científica dos enfermeiros. Quanto aos *doutoramentos em enfermagem* nas Universidades Portuguesas, iniciaram-se

apenas na última década, nas universidades públicas de Porto e Lisboa, assim como na Universidade Católica e, mais recentemente, em Coimbra e Aveiro⁶.

A inovação e sofisticação tecnológica nas ciências da saúde, sobretudo em *settings* hospitalares, tem sido tão exponencial, que o discurso sobre a clivagem entre aplicação prática das biotecnologias dos cuidados de saúde *versus* investigação “*pura*” sofreu uma alteração significativa⁷. Considera-se agora que as competências tecnológicas e procedimentais são absolutamente fundamentais na prestação de cuidados de saúde e que a eficácia das intervenções clínicas passa necessariamente pela implementação de “*ambientes tecnológicos*” mais ou menos agressivos. A clivagem entre médicos e outros profissionais de saúde já não surge tão óbvia e estratificada como a categorização artificial entre “*o pensador*” e “*o executante*”, entre o que detém conhecimento científico especializado e o “*artesão*” especialista em áreas restritas de tipo essencialmente profissionalizante. Em boa verdade também as ciências médicas e as suas especialidades clínicas estão a sofrer o impacto brutal das transformações sociais trazidas pelo

Parece hoje cada vez mais evidente na praxis clínica, que o juízo de enfermagem, a formulação de diagnósticos e a prescrição de intervenções de enfermagem em contextos de hipercomplexidade, implica, necessariamente, uma formação académica de base universitária.

desenvolvimento científico, tecnológico e pelos contextos económicos.

Os enfermeiros já não são os “*mediadores*

objetivo formar Enfermeiros para prestar serviço naqueles hospitais. Em maio de 1919 transformou-se numa escola oficial, passando então a denominar-se “*Escola de Enfermagem dos Hospitais da Universidade de Coimbra*”. Desta forma, a formação académica da enfermagem em Portugal afirmou-se, científica e socialmente, a partir do modelo biomédico e à sombra do ensino universitário. Alguma tensão entre as escolas médicas e escolas cirúrgicas levou à criação de várias escolas de enfermagem em todo o país. A progressiva construção de um corpo autónomo de conhecimentos em enfermagem traduziu-se, num primeiro momento, na assimilação do modelo biomédico e consolidou-se no espaço hospitalar das tecnologias invasivas. De facto, ainda hoje, quanto maior a complexidade

⁵Carapinheiro, G. (1993). Saberes e Poderes no Hospital, uma sociologia dos serviços hospitalares. Afrontamento: Porto.

⁶Na liderança da formação destaca-se o Doutoramento em Ciências de Enfermagem (no ICBAS – Universidade do Porto, desde 2001), o Programa de Doutoramento em Enfermagem (na Universidade de Lisboa em parceria com a Escola Superior de Enfermagem de Lisboa, desde 2004); e o Curso de Doutoramento em Enfermagem criado em 2004 (na Universidade Católica, através do Instituto de Ciências da Saúde).

⁷Monteiro, Ana Paula (2014). O futuro já começou: Cyborgs, biotecnologias e ciências de enfermagem. Pensar Enfermagem, 18 (1): 3-13.

entre dois mundos” – um, teórico e abstrato, ligado à decisão ancorada no conhecimento científico, que seria o domínio da medicina; outro, prático e técnico, ancorado em procedimentos aplicados aos cuidados de saúde ou aos processos de doença. Por outro lado, parece hoje cada vez mais evidente na *praxis* clínica, que o *juízo* de enfermagem, a formulação de diagnósticos e a prescrição de intervenções de enfermagem em contextos de hipercomplexidade, implica, necessariamente, uma formação académica de base universitária que forme para um sólido conhecimento científico, uma capacidade articulada para o desempenho tecnológico mas também para o exercício do pensamento reflexivo e emancipatório. Também as questões bioéticas, as fronteiras do prolongamento da vida através de biotecnologias, da robótica, da informática ou da genética colocam novas interrogações sobre o significado do *cuidado centrado na pessoa* e implicam uma necessidade de formação académica altamente especializada. Se o *cuidado de enfermagem* personalizado, integral e integrador, tem forçosamente uma dimensão ética, reconstrutora do sentido existencial, o padrão de conhecimento que exige implica um conjunto de saberes que ultrapassam o tecnicismo mecânico. As recentes linhas de investigação em enfermagem refletem precisamente estas dimensões, assim como a articulação de metodologias qualitativas e quantitativas no desenvolvimento científico, numa tendente integração de *conceitos de totalidade, simultaneidade, transformação e transdisciplinaridade*.

Neste sentido as novas propostas epistemológicas em enfermagem não apontam apenas para novos tipos de conhecimento muito para lá dos procedimentos tecnológicos ou práticos, apontam, também, para novos modos de produção de conhecimento. O conhecimento científico nas ciências de enfermagem remete para abordagens inovadoras que permitam

Este hibridismo do ensino de enfermagem e dificuldade na sua “catalogação” traduziu-se na dificuldade prática em integrar as escolas de enfermagem na rede de ensino superior

a tradução de múltiplos saberes e cujo modelo se integra plenamente no ensino superior universitário tal como hoje é concetualizado.

Este hibridismo do ensino de enfermagem e dificuldade na sua “catalogação” traduziu-se na dificuldade prática em integrar as escolas de enfermagem na rede de ensino superior apesar do ensino de enfermagem estar formalmente integrado no ensino superior politécnico, atualmente é esta a realidade: algumas escolas superiores de enfermagem estão formalmente integradas nos Institutos Politécnicos das respetivas regiões, outras, embora sendo ensino superior politécnico estão integradas em Universidades do ponto de vista orgânico funcional e três escolas superiores de enfermagem (Lisboa, Porto e Coimbra), embora legalmente enquadradas no ensino superior politécnico, não estão integradas. Mais problemática ainda tem sido a evolução da massa crítica, da formação académica e da produção científica relevante no corpo de docentes de enfermagem que integram as Escolas Superiores de Enfermagem em Portugal. Um caso paradigmático e exemplificativo é o desenvolvimento do corpo docente da Escola Superior de Enfermagem de Coimbra (ESEnC). Em 2004, do corpo docente que assegurava as atividades letivas nesta instituição, de um total de 115 docentes, apenas 11 tinham a qualificação académica de doutoramento⁸. Quase dez anos depois, observa-se uma evolução significativa, embora sem a correspondente tradução na *ratio* professor/alunos, visto o número de estudantes inscritos em enfermagem ter aumentado exponencialmente. É uma transformação

absolutamente extraordinária, visto que a qualificação avançada dos docentes foi realizada de uma forma intensiva ao mesmo tempo que a escola cumpria a sua missão de formação académica, o que significou um permanente esforço institucional e de todos os elementos da comunidade educativa. Neste momento, dos **98** professores de carreira do quadro da instituição atualmente em exercício, a Escola Superior de Enfermagem de Coimbra conta com **46** doutores, em áreas científicas bastante diversas: Enfermagem, Medicina, Ciências da Saúde, Gestão, Psicologia, Biologia, Filosofia e Ciências da Educação. Um número significativo dos docentes doutorados do quadro da ESEnC concluiu a sua formação académica avançada em universidades espanholas (sobretudo na área da Psicologia), mas também em várias universidades portuguesas, públicas e privadas⁹. Aliás, a diversidade das instituições onde o corpo docente realizou formação académica avançada é sempre uma mais-valia institucional – as orientações internacionais vão no sentido de que os professores do ensino superior realizem formação académica avançada em universidades diferentes por isso contribuir para uma visão eclética e abran-

Em todo o país, ancorados por escolas superiores de enfermagem, surgiram centros de investigação avançada em enfermagem.

gente do conhecimento científico, abrindo possibilidades de criatividade inovadora e redes transnacionais de investigação científica ao mais alto nível.

A transdisciplinaridade e a matriz de hibridismo das ciências de enfermagem, tão bem expressa nos múltiplos paradigmas teóricos da disciplina, está bem evidente nesta composição eclética dos docentes da ESEnC que, a partir de uma

⁸ Relatório de Auto-Avaliação – EUA da ESEnC 2008

⁹ Quanto à ligação à Universidade de Coimbra na formação de terceiro ciclo do corpo docente, é bastante escassa - neste momento existem apenas dois professores do quadro da ESEnC que concluíram o seu doutoramento na Universidade de Coimbra.



formação básica em enfermagem, estruturaram carreiras de formação académica e de investigação científica avançada em áreas diversificadas e ciências afins. Em parte resultado de um condicionalismo histórico, porque até há pouco tempo não existia formação de terceiro ciclo em enfermagem nas universidades portuguesas, mas sobretudo porque a *Escola de Enfermeiros de Coimbra*, desde a sua formação matricial, sempre contou com formadores em áreas científicas diversificadas por se entender que para formar um “*enfermeiro de excelência*” é necessário o contributo científico de múltiplos e vários domínios do saber que não apenas das ciências biomédicas ou da saúde. Nesta perspectiva, também implementada noutras Escolas Superiores de Enfermagem, a conceção estrutural do ensino de enfermagem, pela sua natureza e percurso histórico aproxima-se bastante do modelo de ensino universitário, de abertura, complexidade e formação científica, humanista e cultural abrangente. Esta evidência é óbvia na criação dos Doutoramentos em Enfermagem em Portugal. Embora sejam ministrados por Universidades, só são exequíveis porque o seu corpo docente

altamente qualificado é constituído precisamente por professores das Escolas Superiores de Enfermagem (doutores em enfermagem e doutores em áreas afins à enfermagem).

Também na investigação avançada e na publicação científica em revistas com dimensão e *impact factor*, assim como nos processos de internacionalização, o avanço qualitativo e quantitativo prota-

O ensino de enfermagem tem mais características do ensino superior universitário do que politécnico.

gonizado pela Enfermagem portuguesa em geral e pelas Escolas Superiores de Enfermagem tem sido verdadeiramente excecional. Por exemplo, Coimbra tem hoje uma unidade de investigação de enfermagem reconhecida pela Fundação para Ciência e Tecnologia - a Unidade de Investigação em Ciências da Saúde: Enfermagem (UICISA: E), com uma massa crítica de investigadores doutorados

e com redes internacionais de investigação. Em todo o país, ancorados por escolas superiores de enfermagem, surgiram centros de investigação avançada em enfermagem, publicações científicas de referência e projetos de investigação em enfermagem com impacto internacional. Outra dimensão inerente ao ensino superior que tem sido amplamente trabalhada são os projetos de prestação de serviços à comunidade, tendo em vista a transferência de conhecimentos. Parece então evidente que, *pelas suas características, percurso histórico e científico, o ensino de enfermagem tem mais características do ensino superior universitário do que politécnico*. Em termos curriculares e de formação académica, existe um tronco comum de disciplinas básicas em medicina, enfermagem e outras profissões da área da saúde do ensino universitário. No entanto, permanecem ainda paradoxos difíceis de ultrapassar, como se houvesse uma tensão latente entre dois modelos artificialmente contraditórios (ensino politécnico versus ensino universitário) e a enfermagem fosse uma espécie de paradigma na clivagem entre dois polos. E estes paradoxos não resultam apenas

de constrangimentos legais mas das próprias contradições internas das escolas de enfermagem, resultantes de equilíbrios de poder e do medo de estabelecer ruturas. Por exemplo, na Escola Superior de Enfermagem de Coimbra, considerada uma instituição de excelência reconhecida a nível nacional e internacional, existe uma relativa escassez de doutores *versus* o número de estudantes de enfermagem, que não permite ainda cumprir os requisitos do ensino universitário. Esta escassez de doutores é aliás característica de todo o ensino de enfermagem em Portugal¹⁰, embora com algumas variações regionais. Para além do *deficit* de doutores, a própria organização funcional das escolas de enfermagem ainda está muito longe de considerar como fortemente matricial a conceção académica universitária avançada, privilegiando-se claramente o modelo do ensino superior politécnico, mais baseado numa componente de prática intensiva e profissionalizante em detrimento do pensamento concetual, reflexivo ou da investigação pura que caracteriza o modelo de ensino universitário. *Curricula* escolares sobrecarregados, horários intensivos e extensos para estudantes e docentes, uma aposta clara na sobrecarga de *formação para a prática*, com elevada incidência nos planos de estudos de ensinos clínicos e práticas laboratoriais, o controlo sistemático presencial dos estudantes, com obrigatoriedade de presença em aulas teóricas, uma rigidez curricular que limita na prática as opções de aprendizagem e autoformação autónoma previstas no *processo de Bolonha*. A carga horária total da licenciatura de enfermagem é enorme, quando comparada com outros cursos da área da saúde, com um grande número em ensino clínico. Esta opção pelo modelo politécnico reflete-se também nos modelos de gestão interna, como por exemplo, na composição dos Conselhos Técnico-Científicos das escolas superiores de enfermagem que integram apenas uma minoria dos doutores

dos quadros das instituições, por se considerar que o título profissional de especialista em enfermagem é tão ou mais relevante que a qualificação académica de doutor. De igual modo, em algumas escolas superiores de enfermagem que aspiram a integração no ensino superior universitário, os órgãos de poder, assim como a presidência de órgãos institucionais relevantes, estão adstritos a professores sem doutoramento. Ou seja, não apenas os doutorados são escassos como tendem a não ocupar cargos de liderança e gestão científico-pedagógica em termos institucionais. Particularmente nos últimos três anos, tendo em conta a legislação do ensino superior politécnico, tem-se afirmado a vertente politécnica enquanto externamente se proclama a pretensão de integrar o ensino universitário. Por exemplo, em apenas dois anos foram cerca de 56 os títulos de especialistas

Esta opção pelo modelo politécnico reflete-se também nos modelos de gestão interna

em enfermagem atribuídos a docentes do quadro da ESEnFC. Neste processo foram considerados como relevantes os percursos profissionais na área de enfermagem, sobretudo as atividades realizadas enquanto professores de enfermagem. Neste momento a Escola Superior de Enfermagem de Coimbra tem mais docentes com o título de *especialista* que o conjunto de todas as escolas politécnicas do Instituto Politécnico de Coimbra (IPC) que tinha um total de 39 especialistas no primeiro trimestre de 2014¹¹ e quase o triplo da escola das tecnologias da saúde em Coimbra para citar uma instituição politécnica numa área científica afim. Digamos que, pela primeira vez na sua história, esta escola reuniu

finalmente condições para estar plenamente integrada na rede do ensino superior politécnico. Esta opção política e de liderança pelo **modelo orgânico funcional do ensino superior politécnico** tem sido seguida por muitas escolas superiores de enfermagem, ultrapassando larga-

Nos últimos três anos (...) tem-se afirmado a vertente politécnica enquanto externamente se proclama a pretensão de integrar o ensino universitário.

mente as indicações/constrangimentos impostos pelo enquadramento legal atual e aparece também como evidente no perfil de admitidos nos últimos concursos de docentes realizados por algumas instituições, com uma desvalorização sistemática da formação académica avançada, excluindo doutorados dos processos concursais em detrimento de *especialistas* generalistas em enfermagem. Este súbito volte face institucional tem dado origem a alguma perplexidade. Bem longe está a proclamada intenção de reunir as condições necessárias para oferecer de forma articulada os três ciclos de formação em Enfermagem, condições que passam necessária e exclusivamente pela existência de uma massa crítica de doutores em ciências de enfermagem e áreas afins. Voltando à definição dicotómica Ensino Politécnico/Universitário, parece ter-se assumido uma orientação interna estratégica – a admissão intensiva e num curto espaço de tempo de especialistas nos quadros das escolas de enfermagem deixa passar a ideia de que o ensino superior de enfermagem é um ensino *eminentemente prático* e que se pode obter a excelência profissional em enfermagem *sem uma correspondente formação académica e científica de topo*. Ora toda a evolução científica e o percurso histórico de organização

¹⁰ Gonçalves (2012), num estudo recente sobre “*Conhecimento profissional e profissionalidade docente em enfermagem - O contributo do pensamento docente*”, num total de 227 participantes (professores de escolas superiores de Enfermagem) apenas uma minoria manifestou ter Doutoramento (19,3%) e destes apenas 6,6% na área das ciências de enfermagem.

¹¹ <http://webmanager.ipc.pt/mgallery/default.asp?obj=6032>



de conhecimentos das Ciências de Enfermagem e da afirmação das escolas superiores de enfermagem não integradas, assim como do seu “*discurso oficial*” de aproximação à Universidade contrariam esta ideia. De facto, o conhecimento científico contemporâneo caracteriza-se pela complexidade, crescimento exponencial e tendência para a rápida desatualização. Ou seja, além de responder à missão social de formar enfermeiros altamente qualificados, as Escolas Superiores de Enfermagem devem ter o arrojo de *formar pessoas* com capacidade de continuar a aprender em contextos de mudança, com capacidade de exercício do pensamento crítico e com uma cultura de cidadania ativa. São condições para a formação académica no ensino superior: a interdisciplinaridade crítica; a reflexão coletiva; a renovação premeditada; a capacidade para mover as fronteiras e o compromisso participativo¹².

O percurso de formação académica curricular e profissional dos enfermeiros, com as suas linhas de tensão e contradições, tem em si um potencial de criatividade e possibilidades que transcendem a visão dicotómica da clivagem do ensino politécnico/universitário. Mas os discursos e práticas incongruentes revelam uma profunda ambivalência interna e são, neste momento, **o maior obstáculo** para o desenvolvimento científico das ciências de enfermagem em Portugal e da sua *plena integração na rede do ensino superior universitário*. Numa fase em que as instituições do ensino superior se organizam em redes e processos de fusão e articulação interinstitucional, permitindo ganhos de escala e uma subida nos principais *rankings* internacionais, as escolas superiores de enfermagem não integradas deixaram de ter sentido.

O que falta, para ultrapassar este limbo de indefinição e ambivalência?

Uma pequena nota de rodapé na história.

Coragem ●

¹² Barnett, R. (2002). Claves para entender la universidad – En una era de supercomplejidad. Barcelona: Ediciones Pomares



PAULO FERREIRA DA CUNHA
UNIVERSIDADE DO PORTO

“Ciência Cidadã”

Difusão social do saber e condição Universitária

“Qual é o fim da educação? Ninguém se entende sobre este ponto: tantas as pessoas, tantas as maneiras de ver. Cada qual, naturalmente, desejaria que a educação se fizesse no sentido das suas preferências sociais e políticas, filosóficas ou religiosas; se esperássemos para que todos estivéssemos de acordo sobre o fim a atingir a ciência da educação nunca se fundaria”.

Claparède, Psychologie de l'enfant et pédagogie expérimentale, p. 163.¹

Em tempos de grave crise, a olímpica objetividade científica recua muito, e começam as estigmatizações mútuas e os discursos pro domo. Também se agiganta a mistura entre opinião (e paixão) e ciência.

Preocupa-nos particularmente que os cidadãos sejam permanentemente bombardeados com ideias carregadas de certa tintura ideológica disfarçada de evidência e ciência, tais como: “vivemos acima das nossas possibilidades”, “estávamos na bancarrota” ou “não há alternativa para a austeridade”. Em muitos casos, tal é apresentado como verdade apodítica, normalmente fundamentada na Economia, na História, na Estatística, sabe-se lá em que mais ciências.

As Ciências Sociais e a Filosofia Social, Política e até a Jurídica deveriam convocar argumentos de dados e razões que ao menos manifestassem o outro lado do problema. Não é possível que haja tamanho desequilíbrio de opiniões visíveis.

Não advogamos nenhum militantismo, mas é óbvio que muitos dos que atacam o sectarismo e o proselitismo dos outros,

em geral, militam por outras causas, pelo menos objetivamente levando água aos moinhos adversos. É inevitável. De há muito que temos defendido haver situações em que o mais correto, o que não faria do público menor, seria uma “declaração de interesses” ideológicos, quando necessária. A maior parte das vezes, por tão óbvia, é desnecessária. Onde, é possível e desejável em muitos casos uma objetividade situada. Não uma ciência de eunucos (que obviamente servem o sultão – estamos a usar metáforas, claro), mas uma ciência plural, que não esconda predileções e estilos, e não faça passar por única verdade o que é interpretação. Acreditamos que muitos façam esse trabalho nos estritos limites dos círculos académicos, mas, num tempo em que tanto se proclama a ligação ao meio, porque só se pensam em empresas e na transferência (sempre barata?) de conhecimento para elas, e não na transferência de conhecimento para a Sociedade, conhecimento que a toda a Sociedade interessa? Não esporadica ou eventualmente, mas sistematicamente?

E será que os pesquisadores estão, nestas áreas em geral, suficientemente motivados para se dedicarem a temas não lucrativos, e que não têm aplicação industrial ou empresarial, lato sensu? Se em alguns países a massa crítica da investigação já permite haver quem viva até bem sem estudar apenas o que potencialmente interessa a quem pode subsidiar, tal não ocorre por toda a parte. Preocupa-nos, desde logo, a seleção científica (a escolha dos seus objetos pelos cientistas), e eventualmente a demissão de alguns de temáticas e posições delicadas, polémicas, “políticas”, especialmente numa chave social. Essas, nos tempos que correm, não apenas não são premiadas, como podem ser, pelo contrário, fruto de aborrecimentos, ou, no mínimo, de evitamentos, estigmatizações, quando não, em alguns casos, eventualmente de segregação. Quem sabe? E também é preocupante o desprezo, o olvido, ou silenciamento dos trabalhos científicos em algumas matérias, em alguns países, por parte dos grandes media.

¹ Apud NEWTON DE MACEDO, Francisco — “A Pedagogia Científica e o Problema dos Valores”, in *Obra Completa de Francisco Newton de Macedo*, vol. 2, Psicologia, org., prefácio e verificação científica de Pedro Baptista, Porto, Universidade Católica Editora, 2014, p. 161.

Não somos nós quem o inventa, e realmente pode parecer a muitos que não será assim. Não acreditávamos sequer, pelo menos tão radicalmente, nalgumas áreas. Mas atentemos no que diz um renomado sociólogo, estudioso de domínio que tem até, em alguns círculos, fama de ser terreno epistémico de eleição dos “especialistas em revolução”. Sem dúvida que as coisas não são a preto e branco, mas um depoimento como o seguinte deveria certamente fazer abalar algumas certezas.

Retomando, *mutatis mutandis*, um clássico título ², Alain Caillé, fundador do “Mouvement Anti-utilitariste dans les sciences sociales” e professor emérito de Paris – Nanterre, denuncia, logo no início de *La démission des clercs*: “(...) ao contrário de certas aparências, os que sabem, os que poderiam ou deveriam saber, os especialistas das ciências sociais, da história e da filosofia política – os sábios, numa palavra – desistiram em massa de pensar o seu tempo. E, mais ainda, de agir através do desempenho do seu papel no esclarecimento e no despertar da consciência coletiva, da sua responsabilidade de dizer o possível e o desejável.” ³

E o problema residiria mais profundamente que nas pessoas em concreto, essas que assumem a pose, que vestem a farda, que afivelam a máscara de bons oficiais do seu ofício – que afinal se burocratizam. A verdade é que, quem não navegue num panglossianismo politicamente correto, e quem tenha conhecido outras alternativas, os nossos ofícios intelectuais e educativos estão cada vez mais a descaracterizar-se e a tornar-se de algum modo plácidos, inócuos, burocratizados ⁴, e por isso confortáveis (ainda que extenuantes e exasperantes para

Os sábios desistiram em massa de pensar o seu tempo.

as pessoas menos enquadráveis: desde logo, as mais criativas e com mais amor à liberdade) para quem os exerce e para quem por esse mesmo exercício não se sente perturbado.

Sabemos qual é o modelo surdo, mas muito presente, para o professor ou o investigador ideais, medianos e formatados pelo sistema global (não falamos dos extremos, dos marginais, que sempre fugirão ao modelo, enquanto puderem subsistir): para as estatísticas, para as classificações, logo para uma produtividade quantitativa e sujeita a apertados padrões que alguns já sentem aproximar-se, em alguns casos, de um subtil filtro “censório”, pela promoção da mediocridade formalista e a sufocação de qualquer iconoclastia, desde logo. E a mínima heterodoxia já pode ser um

Os nossos ofícios intelectuais e educativos estão cada vez mais a descaracterizar-se e a tornar-se de algum modo plácidos, inócuos, burocratizados.

problema. A ascensão das mentalidades autoritárias não tolera a não ser a louva-minha untuosa. No mínimo, a citação reverente e permanente.

A questão Sokal (independentemente da delicadeza e complexidade dos seus contornos) cremos só ter sido possível num ambiente formalista (no caso, em particular de sintonização de jargão ou

socioleto) como o que cada vez mais nos formata. Mais interessante ainda, mas com o único calcanhar de Aquiles de ser uma estória de ficção, é a possibilidade de se ser aprovado em doutoramento com uma tese deliberadamente vazia de sentido ⁵. Em contrapartida, propendemos para concordar que uma ideia num trabalho científico (ou artístico, ou até nalguns outros domínios que impliquem criatividade) é genial “quando é original, quando é uma solução superior às que existem e quando gera outras ideias novas” ⁶.

Concede-se facilmente que os pareceristas (blind referees) não lêem nunca os nomes dos autores dos artigos que estes, na lógica global quantitativa do publish or perish, são obrigados a submeter-lhes. Isso seria muito grave e não deve ocorrer. Mas lêem (têm de o fazer) e não podem ignorar os nomes dos autores citados, as notas de rodapé e a doutrina dos textos que lhes são presentes. Importa menos se se sabe ao certo (e em alguns contextos é até pelo estilo possível descobrir) que tal artigo é de Fulano ou Beltrano. Pode-se, sem se saber quem seja, condená-lo ao limbo ou ao inferno académicos (e não só) se se recusa a publicação sucessivamente. E tal pode ocorrer por ele não citar as autoridades tidas por convenientes (ou na moda: quem guarda os guardas?), ou por dizer coisas de que se não goste. Pode-se mesmo aceitar um artigo mas com exigências absurdas, pesadíssimas, ou mesmo fazendo observações ou impondo mudanças vexatórias ou que “obrigariam o autor a renunciar ao seu enfoque pessoal do assunto” ⁷.

Mas continuemos com o nosso autor, que escreve este seu livro num tempo em que essas ameaças à qualidade e à liberdade

² BENDA, Julien — *La trahison des clercs*, Paris, Grasset, 1927.

³ CAILLÉ, Alain — *La démission des clercs*, Paris, La Découverte, 1993, trad. port. de Armando Pereira da Silva, *A Demissão dos Intelectuais. A Crise das Ciências Sociais e o Esquecimento do Factor Político*, Lisboa, Instituto Piaget, 1997, p. 11.

⁴ V. uma tão deliciosa quão pertinente e atual catalogação in BALZAC, Honoré de — *Physiologie de l'employé*, trad. port. de Carlos Cardoso, *Os Funcionários*, 2.ª ed., Almagem do Bispo, Padrões Culturais, 2007.

⁵ HEINLEIN, Robert A. — *The Number of the Beast*, Fawcett, 1980.

⁶ PESSOTTI, Isaias — *Aqueles Cães Malditos de Arquelau*, 5.ª ed., Rio de Janeiro, Editora 34, 2005, p. 34, p. 45.

⁷ Cf. *Idem*, *Ibidem*, pp. 17-18. Aludindo a “‘painéis’ de cientistas”, “alianças mais ou menos ‘mafiosas’ entre pesquisadores”, etc., p. 24, e a subidas por “métodos pouco ortodoxos”, p. 116. Além deste passo talvez perturbador: “E pagaram o preço de serem rebeldes em tempos de cegueira e conformismo. Nós só não vamos para a fogueira ou para o exílio porque os tempos são outros e alguém lucra com o nosso trabalho.” (p. 119). Mas, evidentemente, trata-se de ficção...

científicas ainda apenas se esboçariam em alguns casos, mas em que já se prefiguravam perigos análogos e vizinhos dos atuais: "(...) para lá da boa ou má vontade dos indivíduos, são os modos de conceptualização dominantes nas ciências sociais que os levam progressivamente a desinteressarem-se e retirarem-se praticamente de todos os debates importantes da época. A propensão para a demissão está inscrita no cerne do seu projeto de se constituírem como ciências sobre o modelo das ciências da natureza. É a preocupação, aparentemente louvável, da objetividade e da positividade que os incita a desviarem o olhar de tudo o que não se presta facilmente à modelação reducionista." ⁸. Essa objetividade ou pretensa objetividade pode nem ser muito objetiva, mas tem o condão de matar a criatividade, de sufocar a individualidade. E "quanto maior a margem de subjetividade num dado ramo do saber, maior a probabilidade de inovações geniais" ⁹. Ora a inversa é triste e deprimentemente verdadeira.

Ao contrário do que alguns poderiam interpretar, não se pretende dizer que é um deserto a reflexão sobre o problema, nem sequer que subscrevamos a tese do sociólogo e antropólogo citado. O que parece é que, num momento de estado de emergência tal nestas áreas sociais, que

cabalmente o aconselharia, não parece ser quantitativamente muito vultuosa a preocupação pelo cerne das questões que levantam (e esse cerne é político). E a explicação de que há também um obstáculo no seio dos pressupostos naturalistas (ou deles miméticos, ou a eles aspirando) que invadiram estas áreas do saber, a par com os filtros vindos das regras exógenas de produção, parece-nos satisfatória.

Tomemos como exemplo as temáticas da Justiça Social e afins (Estado Social, Direitos Sociais). Descontando obras jurídicas, contamos uma boa dúzia de autores de grande vulto, hic et nunc, nestas questões. Não citamos ninguém, porque poderíamos estar a esquecer-nos de alguns. De qualquer forma, porém, não serão muitos os que (citamos então só um), o público em geral vê afirmarem depois das suas pesquisas: «Este livro prova com números e factos que os trabalhadores portugueses contribuem para o Estado social o necessário para pagar a sua saúde, educação, bem-estar e infra-estruturas.» ¹⁰?

O que o público vê e ouve e lê é precisamente o contrário, embora a nossa intuição nos segrede que é Raquel Varela quem tem razão.

Não sabemos ao certo a dimensão real da pesquisa e da publicação que não chega

⁸ CAILLÉ, Alain — *Op. Loc. Cit.*

⁹ PESSOTTI, Isaías — *Op. cit.*, p. 47. V. ainda p. 172.

¹⁰ VARELA, Raquel — *Quem Paga o Estado Social em Portugal?*, Lisboa, Bertrand, 2012.



ao grande público. Sobretudo depois dos significativos números avançados recentemente pelo Centro de Estudos Sociais sobre a sua produção científica, em polémica, precisamente... Ficamos impressionado, porque não imaginávamos tanto. Apenas o CES pode apresentar estes números (notáveis, mesmo considerados em bruto): «(..) publicou, só em 2014, 222 artigos em revistas académicas com revisão por pares, 64 livros e 166 capítulos em livros, organizou 304 eventos científicos (inter)nacionais, com mais de 15.000 participantes, e apresentou cerca de 800 comunicações em encontros científicos (inter)nacionais por seleção dos pares. O CES, nos últimos 5 anos viu os seus investigadores serem reconhecidos (inter)nacionalmente com a atribuição de 27 prémios por instituições idóneas e sérias.”¹¹

Não fossem as polémicas nos jornais, alguma cortina de silêncio geral (claro que os especialistas têm acesso a informação que os cidadãos comuns não podem razoavelmente ter: mas ficar muito com eles) pesaria sobre muita informação. Ora é de supor que haja ainda muito mais e positivos dados que não carreados para o debate, designadamente de outros centros de pesquisa. Centros não avaliados por agências clássicas podem fazer maravilhas, mas duvidamos que

entrem nas estatísticas. E há-os ainda, pelo mundo fora.

Antigamente, quando organizávamos um colóquio, tínhamos um gabinete ad hoc de campanha de imprensa que se matava para conseguir visibilidade na comunicação social. E alguma coisa se ia conseguindo, embora pouco e muito a custo. Com a multiplicação dos eventos, curiosamente, e como passassem a não dar notícias nenhuma, confessamos que nos fomos descuidando. E há uns tantos anos deixamos mesmo de nos dar ao trabalho de dar as notícias para a comunicação social formal: apenas para um ou outro órgão estratégico, e nem sempre.

Temos feito mal. É preciso não descansar e insistir, insistir, mesmo que o silêncio para as coisas importantes e os estudos relevantes seja a regra. Provavelmente outros estão galhardamente a resistir, a insistir, e sem sorte. Mas há um problema de fundo: quando será que voltamos a ter comunicação social de opinião, quando fundaremos jornais (e rádios e televisões, hoje) como antigamente, com compromisso, de ideias, ciência, qualidade? Blogues e redes sociais são excelentes, mas ainda não chegam.

A Ciência e o compromisso com a procura da Verdade exigem um compromisso

social, um envolvimento na sociedade. Nessa ordem de ideias, faz todo o sentido falar em “ciência cidadã”. Senão, realmente, por muito que escrevamos e conferenciemos, continuaremos a estar encerrados numa torre de marfim, como de há muito nos acusam os utilitaristas e os iletrados.

Há porém diversos tipos de torres de marfim. A de hoje é a hiperocupação, a loucura da dispersão forçada, a espada de Dâmoqueles das avaliações, o círculo vicioso de tarefas subalternas burocráticas, a proverbial facada nas costas do “cher collègue”, e as mãos atadas perante o novo riquismo displicente do estudo e ávido de títulos que nos assalta. E outras tantas, tantas agruras e constrangimentos que nunca sonhamos sofrer quando, imaginando uma profissão livre, de estudo e comunicação de conhecimento, decidimos abraçar esta carreira. Aí estamos encerrados. O que não quer dizer que não possamos sair do labirinto, mudando de paradigma.

Mas o primeiro passo seria reconhecer que nos meteram num labirinto, o qual muitos de nós acarinharam e aprimoraram, perdendo as suas vidas e infernizando as dos outros •

¹¹ Direção do Centro de Estudos Sociais — *Um Insulto é um Insulto: Resposta a João Miguel Tavares*, Apud <https://www.facebook.com/AliceProjectCES/posts/922258967819014>, datado de 6 de abril de 2015 (consultado em 20 de abril de 2015).





GONÇALO VELHO

VICE-PRESIDENTE DA DIREÇÃO DO SNESUP

As Faltas (justificadas): dever e gozo

Há uma anedota em que um homem vai ao psicanalista porque vive aterrorizado com um crocodilo debaixo da sua cama. Depois de alguns meses de terapia, o psicanalista vai vencendo os receios e o paciente lá se vai convencendo de que não tem nada a temer. O tempo passa e o homem deixa de aparecer às consultas. Um dia, o psicanalista encontra um conhecido e aproveita para pergunta-lhe pelo antigo paciente. O outro responde-lhe: "Não sabe? Foi comido por um crocodilo que estava debaixo da cama!"

Diariamente, nas escolas e nas

faculdades vão surgindo pequenos e grandes assédios, um controle sucessivo e uma séria de outras tendências que no seu conjunto vão mudando o que é ser académico, investigador e docente do ensino superior. Podemos chamar-lhe de "funcionalização". A passo e passo todos passaram lentamente a aceitar este estado das coisas. O que antes parecia inadmissível é agora considerado rotina. A sua "naturalização" alerta-nos para o seu carácter. Quem arrisca contestar é colocado no lugar. Os críticos sujeitam-se à imagem

de inconvenientes. Constroem-se párias. O pensamento perde lugar, sobretudo o diferente. O mestre domina o discurso da universidade.

Um dos sinais desta "funcionalização" é a forma como muitas instituições têm lidado com as faltas, independentemente de serem justificadas, ou não. Em muitas faculdades e escolas passou a ser prática comum obrigar os docentes a repor as aulas em falta. Há locais em que o zelo chega a determinar que os docentes reponham baixas prolongadas por motivos tão diversos como gravidez, parentalidade, questões de saúde, etc. Como sempre os direitos de uns passam a operar-se numa lógica de dever para com outros. As aulas passaram a ser uma nova métrica que tem de ser cumprida. Faz parte do mesmo movimento da Nova Gestão Pública que tentou quantificar o trabalho académico por forma a dele retirar um elemento contabilístico. Por um momento, deixemo-nos permanecer aqui, no profundo enraizamento desta lógica, no modo como nos deixamos conduzir a este labirinto. É possível pensar diferente? O que sentimos como justo, ou injusto?

É curioso que a mesma lógica de trabalho em falta não seja colocado sobre as demais vertentes académicas. Não é pedido que se reponham x linhas no texto que estava a ser escrito e teve de ser interrompido, no livro ou artigo que estava a ser lido e estudado, no espaço de reflexão necessário para chegar a uma ideia, na conferência ou palestra a que não se



conseguiu assistir. Para o defensor da “funcionalização” isto são trivialidades. Podemos assim imaginar um dirigente mais perverso que inventa a figura das “reuniões de reposição”. Seriam reuniões que o faltoso teria de repor sozinho (eram proibidas as que envolviam a companhia de outros colegas faltosos, dado poderem criar condições para um grupo perigoso e crítico). Durante algumas horas ficaria sozinho na sala de reuniões a meditar sobre os assuntos da ordem do dia, num processo de autocrítica.

Alguns administradores vieram defender a prática das aulas de reposição obrigatória com o argumento da passagem para as 40 horas de trabalho semanal. É curioso este elemento que funciona na típica lógica burocrática. O que aqui acontece está também associada ao um certo sado-masochismo, expresso na frase popular “ou comem todos...”. Em vez da partilha do benefício, temos a partilha do malefício. Esse sentido de sofrimento institucional, que tem de ser comungado por todos, ajuda-nos a perceber (e muito) a forma como somos hoje governados. Não importa o que se faz, como se faz. Tudo se resume a um expediente. A biblioteca, o laboratório, o próprio *campus*, transformaram-se em lugares de serviço a cumprir (sobretudo o gabinete).

Esta lógica de dever faz-nos recordar Kant e os seus famosos passeios. Há luz de alguns dirigentes, essas passeatas tinham uma virtude e dois defeitos: eram pontuais, mas era melhor terem lugar no *campus* (de preferência no gabinete), sendo a hora de todo inconveniente -- 16:30 são ainda horário de expediente.

Podemos imaginar o pobre filósofo de Königsberg a solicitar uma autorização especial para poder preparar as suas aulas mais cedo (entre o pequeno-almoço e as 7:00), sendo que, independentemente de todas as razões que pudesse advogar, a resposta é que deveria fazê-lo no seu gabinete. O horário é para cumprir, os docentes, investigadores e bolseiros estão sujeitos à mesma relação de trabalho de todos os demais, pelo que é bom que se habituem à lógica do expediente e não perturbem. Para um prussiano isto seria “amendoins”.

Claro está que as normas e os regulamentos como este têm sempre uma razão de ser. No caso aqueles que pecam, os que gozam e retiram com isso o gozo dos demais. São os que importa controlar e punir.

Podemos chamar-lhe de “funcionalização”. A passo e passo todos passaram lentamente a aceitar este estado das coisas.

Havia uma lenda nos campos de concentração de que alguém, nalgum lugar, teria permanecido ainda digno no meio de toda a atrocidade. Hoje, assistimos à reversão desta lógica: algures, nalgum lugar, há um culpado que está a gozar, a usufruir, a desperdiçar e que importa caçar com novo despacho, norma, ou regulamento. Não é um colega, é um parasita que deve ser combatido (se possível despedido de imediato).

Se é verdade que o trabalho académico se enquadra nas relações de trabalho, também é verdade que o mesmo possui um quadro legal. A Direção do SNESup solicitou um parecer ao Dr. José Henriques Martins (ver a secção jurídica deste número) sobre esta matéria da reposição de faltas. Destacamos duas conclusões fundamentais:

- a ilegalidade nesta matéria da imposição, ato unilateral e sem o consenso do trabalhador;

- a reposição do trabalho em falta acarreta sempre trabalho suplementar, pelo que deve ser remunerada, ou em caso de acordo com o trabalhador, substituída por descanso compensatório.

As relações laborais no mundo académico têm vindo a deteriorar-se. Há cada vez mais verticalidade e subordinação. Isto surge também na forma como surgem os diversos regulamentos. A consulta pública é uma matéria de efeito, entendida como espaço para recolha de opiniões, mas que na maior parte dos casos apenas opera alterações circunstantiais que não colocam em causa a

vontade dos dirigentes. A negociação sindical é remetida para os processos de audição pública, nivelando a representatividade a um elemento mais nas múltiplas opiniões. Acontece que não é isso que está presente nos artigos 347º e 354º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas e estas normas são fundamentais na forma como se tem processado um outro elemento importante para o caso: os Regulamentos de Prestação de Serviço Docente. Trata-se de regulamentos que abrangem o previsto no mencionado artº 350º sobre o que é objeto de negociação coletiva, nomeadamente o referido nas alíneas d) “Tempo de Trabalho” e e) “Férias, faltas e licenças”. Para que a negociação seja efetiva deveriam seguir-se os trâmites previstos no artº 351º com propostas e contrapropostas fundamentadas, reuniões com atas e onde deva constar os pontos em que se obteve, ou não acordo. Esta questão dos acordos deveria ser até uma matéria que deveria ser elemento de procura por parte dos próprios dirigentes. Se advogam a concertação social para o país, não deveriam implementar o contrário nas suas instituições.

Esse sentido de sofrimento institucional, que tem de ser comungado por todos, ajuda-nos a perceber (e muito) a forma como somos hoje governados. Não importa o que se faz, como se faz. Tudo se resume a um expediente.

A autonomia académica, a maturidade das relações dentro das instituições, tem ainda um amplo caminho a percorrer até que atinja o esclarecimento necessário. No dia-a-dia parece que não é nada, como se fossem crocodilos imaginários aos nossos pés. A questão é que estes crocodilos mordem e devoram. Entretanto seguimos, ou como dizem os franceses, *je sais bien mais quand même...* ●



HERMES AUGUSTO COSTA

FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE
COIMBRA E CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

Os Conselhos de Empresa Europeus como instrumento de participação laboral

1. Introdução

Neste texto reúnem-se contributos resultantes de uma investigação sobre o impacto setorial dos Conselhos de Empresa Europeus (CEEs) em Portugal.¹ A experiência dos CEEs resulta da Diretiva 94/45/CE (de 22.09.1994), a qual tornou possível a constituição de CEEs ou procedimentos de informação e consulta de trabalhadores. Mesmo que esta não seja uma temática sindical *tout court*, estima-se que cerca de 70% dos representantes de trabalhadores em CEEs seja proveniente do universo sindical (Waddington, 2011: 70; Costa, 2013: 556). Por outro lado, de par com as estruturas sindicais transnacionais – como a Confederação Europeia de Sindicatos, as federações sindicais europeias e internacionais, ou a Confederação Sindical Internacional

– ou a celebração de acordos-quadro globais (envolvendo administrações de multinacionais e federações sindicais globais), os CEEs configuram-se com um instrumento de participação laboral no espaço da empresa transnacional. A investigação em apreço (Costa e Costa, 2014) foi dividida em três partes: numa primeira, de enquadramento temático e teórico, advoga-se a necessidade de operar um processo de regulação social da atividade das multinacionais. Além disso, fornece-se uma explicação dos antecedentes da Diretiva 94/45/CE, situam-se os objetivos e funções dos CEEs e procede-se a uma análise das principais transformações associadas ao processo de revisão da Diretiva dos CEE e às novas configurações que passou a assumir com a entrada em vigor da Diretiva 2009/38/CE. Além disso, empreende-se uma revisão crítica da

literatura internacional sobre o tema e identificam-se tipologias e boas práticas de CEEs.

Na segunda parte do livro abre-se espaço para um registo quantitativo e normativo associado aos CEEs nos setores em análise: metalúrgico, químico e financeiro. A escolha dos setores metalúrgico e químico prendeu-se com a representatividade destes dois setores quanto à constituição de CEEs. Por sua vez, a escolha do setor financeiro foi motivada por ser nele que se encontrou o único CEE existente de uma multinacional com sede em Portugal. O tratamento da *European Works Councils Database* (<http://www.ewcodb.eu/>) permitiu, assim, analisar a expressão quantitativa de CEEs em Portugal e, sequencialmente, proceder a uma análise dos acordos de CEEs envolvendo representantes portugueses nos três setores.

¹ O projeto de investigação intitulou-se *Informação e consulta de trabalhadores nas multinacionais: análise do impacto dos Conselhos de Empresa Europeus em Portugal nos setores metalúrgico, químico e financeiro* (proj. III/7/2008) e foi financiado pelo Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra (Costa e Costa, 2011). Mais recentemente, e após algumas atualizações, o estudo seria publicado em livro na Imprensa da Universidade de Coimbra, sob o título *Conselhos de Empresa Europeus: um estudo dos setores metalúrgico, químico e financeiro em Portugal* (1ª edição em maio de 2014 e reimpressão em outubro de 2014). Ver Costa e Costa (2014).



Na terceira parte do livro recuperam-se testemunhos (por meio da realização de entrevistas) de representantes de trabalhadores portugueses em CEEs (por sinal todos membros do “conselho restrito” de cada CEE) e confere-se uma atenção especial a três estudos de caso – Autoeuropa (CEE do grupo VW/setor metalúrgico), Air Liquide (CEE do grupo Air Liquide/setor químico) e Banco Espírito Santo (CEE do grupo BES/setor financeiro). Em complemento à visão dos representantes de trabalhadores em CEEs, concede-se ainda algum espaço ao modo como as entidades patronais (administradores/departamentos de recursos humanos) percecionam o papel dos CEEs, recuperando-se para o efeito resultados de um inquérito anteriormente realizado.

Com bem se compreende, o propósito

deste texto não é de recuperar todos os aspetos a que a estrutura da referida obra se reporta, mas apenas colocar algumas matérias em destaque. Assim sendo, os seguintes tópicos serão aqui objeto de maior atenção: âmbito e desafios, obstáculos persistentes, análise de acordos de CEEs e boas práticas associadas a três estudos de caso.

O surgimento da Diretiva 94/45/CE representou um importante instrumento jurídico de reforço da representação e participação laboral nas multinacionais.

2. Âmbito e desafios dos CEEs

Em 1994, o surgimento da Diretiva 94/45/CE representou um importante instrumento jurídico de reforço da representação e participação laboral nas multinacionais. Por sinal, um instrumento potencial de europeização do diálogo social (Telljohann *et al.*, 2009), incremento da democracia laboral (Buschak, 1995), comunicação entre representantes dos trabalhadores e estruturas de representação (Wills, 2000), ação sindical e reivindicação coletiva (Lecher *et al.*, 1999; Telljohann, 2005) e fomento de uma identidade laboral europeia (Whittall, Knudsen e Huijgen, 2007). O objetivo da Diretiva 94/45/CE foi o de melhorar o direito à informação e consulta dos trabalhadores nas empresas

ou grupos de empresas de dimensão comunitária (isto é, empresas com 1.000 ou mais trabalhadores nos Estados-Membros e em pelo menos dois Estados-Membros diferentes empregam um mínimo de 150 trabalhadores em cada um deles). Por um lado, através da concessão de direitos de informação sobre questões transnacionais capazes de afetar consideravelmente os interesses dos trabalhadores. E, por outro, da atribuição de direitos de consulta, vertidos na troca de opiniões e diálogo entre os representantes dos trabalhadores e a direção central ou outro nível de direção mais adequado. Ora, de entre as matérias sobre as quais devem incidir os referidos direitos de informação e consulta, contam-se: a estrutura da empresa; a situação económica e financeira; a evolução provável das atividades, produção e vendas; a situação e evolução provável do emprego; os investimentos; as alterações de fundo relativas à organização; a introdução de novos métodos de trabalho ou de novos processos de produção; as transferências de produção; as fusões, a redução da dimensão ou encerramento de empresas, de estabelecimentos ou de partes importantes de estabelecimentos; os despedimentos coletivos.

Os CEEs combinam uma vertente empresarial com uma vertente setorial, abrindo caminho a um maior conhecimento das multinacionais por parte dos sindicatos e criando possibilidades de solidariedade transnacional entre trabalhadores e sindicatos. Resultado de uma lei comunitária, os CEEs são produto de uma *regulação de cima para baixo* (Miller, 1999: 346), ou de um *localismo globalizado* (Santos, 1995: 263), observável no modo como uma multinacional está em condições de alargar as suas atividades para além de um registo meramente local ou nacional. Por outro lado, porém, esteve também subjacente à constituição dos CEEs a criação de condições de *luta a partir de baixo*, o que nos reconduz a um *cosmopolitismo*, termo utilizado para descrever práticas e discursos de resistência (Santos,

A constituição de CEEs afigura-se com um processo moroso

1995: 264). Na verdade, é possível, em teoria, criar condições para uma organização laboral transnacional assente numa articulação de lutas resultante da partilha de problemas comuns aos trabalhadores de uma mesma empresa, ainda que de diferentes nacionalidades, superando-se, assim, barreiras linguísticas e culturais. No longo prazo, a conquista de uma solidariedade genuína poderia, assim, resultar de uma articulação entre uma liderança estratégica e um ativismo democrático. O desafio

Questões como as condições de trabalho (...) só muito esporadicamente constam dos acordos.

dual resultante dos CEEs – por sinal a experiência onde a legislação social europeia até hoje mais avançou – passa por combinar processos de orientação estratégica com mobilização de base (Hyman, 2001: 175). Ou, como advoga Jane Wills (2001: 189), de par com *redes horizontais* entre trabalhadores europeus, os CEEs potenciam também a criação de *redes verticais* entre a “base” e o “topo”, isto é, entre trabalhadores e administradores das empresas.

3. Obstáculos

Mas independentemente de os CEEs terem servido de referência para outras experiências fora do espaço europeu – como foi o caso do contrato coletivo do MERCOSUL da Volkswagen (Costa, 2008: 229 ss.) – e de em 2009 a Diretiva

ter sido objeto de uma revisão (por meio da Diretiva 2009/38/CE), não deixaram de persistir obstáculos de vária ordem. Por um lado, obstáculos relacionados com o funcionamento dos CEEs em termos genéricos, os quais se traduziram: na identificação de diferenças significativas na capacidade formal dos representantes dos trabalhadores exercerem o seu papel; na observação de processos pouco claros de seleção de representantes de trabalhadores (não raras vezes indicados pelas administrações das empresas); na consagração dos CEEs mais como prolongamento de diferentes estruturas nacionais de informação e consulta dos trabalhadores do que como genuínas instituições europeias, etc..

Por outro, no caso português, os obstáculos ao funcionamento dos CEEs, encontram-se relacionados: com as referidas situações menos claras de escolha dos representantes para os CEEs; com os processos de competição entre estruturas sindicais (sobretudo quando está em causa a possibilidade de ocupar um lugar ímpar de representação); com a atribuição de um sentido utilitarista aos CEEs (pois muitos trabalhadores entendem que os CEEs podem ser um órgão de obtenção de melhores condições salariais); com uma fraca cultura de participação ao nível da empresa.

Em terceiro lugar, foram ainda identificados obstáculos à constituição de CEEs em multinacionais com sede em Portugal, tais como: i) as prioridades definidas pelos representantes de trabalhadores (quer de responsáveis sindicais, quer membros de comissões de trabalhadores) vão no sentido de secundarizar o papel dos CEEs, uma vez não se tratar de algo que remeta para preocupações essencialmente nacionais, essas sim a merecer interesse prioritário; ii) em complemento a este ponto, observou-se que o direito à informação e consulta é considerado como já existente na legislação relativa às comissões de trabalhadores, pelo que tal facto retarda também o foco nos CEEs; iii) os processos de privatização

empresarial são geradores de relações laborais mais instáveis e, nessa medida, uma possível entrada de novos efetivos com condições contratuais menos favoráveis não constitui um estímulo à participação laboral (através dos CEEs); iv) a constituição de CEEs afigura-se com um processo moroso, que implica negociações quer com a entidade empregadora (e que, como já se percebeu, são muitas vezes tensas), mas quer inclusive a definição de estratégias de aproximação entre trabalhadores, em especial quando estes são provenientes de culturas sindicais distintas pois uma multinacional pode ter múltiplas filiais no espaço económico europeu com visões distintas sobre a própria relevância do diálogo social no seio das multinacionais; v) o facto de muitos representantes nem sempre exercerem essa condição a tempo inteiro faz com que se mostrem pouco disponíveis para uma acumulação de funções em sede dos CEEs para além das que por vezes já desempenham enquanto representantes nas organizações nacionais; vi) o reduzido número de ações de formação sobre a problemática dos CEEs, quer promovido pelas administrações das multinacionais, quer pelas organizações representativas dos trabalhadores; vii) a (quase) inexistência de experiências nacionais em CEEs, que pudessem constituir uma referência a ter em conta; vii) consequentemente, nem sempre se atribui aos CEEs um sentido de eficácia capaz de desbloquear as

relações entre capital e trabalho à escala da empresa multinacional (Costa e Araújo, 2009: 45-52; Costa e Costa, 2014: 126-127).

Questões como as condições de trabalho (salários, principalmente) e a igualdade de oportunidades são ainda uma raridade.

4. Os acordos de CEEs (a dimensão formal)

O processo de institucionalização dos CEEs passa pela celebração de acordos formais entre as partes. No estudo de Costa e Costa (2014) foram analisados 111 acordos de CEEs nos quais se reportava a existência do mínimo de um representante português em cada um dos setores em análise. Os acordos em vigor por país de sede das multinacionais e por setor de atividade, os representantes portugueses por países e setor de atividade e uma análise pormenorizada da natureza dos acordos (tipo de acordo, subscritores, legislação aplicável, duração do acordo, composição do CEE, carácter abrangente *versus* carácter restrito dos acordos, oportunidade da informação e da consulta, formas de eleição dos representantes, modo

de funcionamento das reuniões, etc.) são os principais aspetos trabalhados em Costa e Costa (2014). No entanto, neste texto destaco apenas 5 tópicos: as questões objeto de informação e consulta; a referência à oportunidade da informação e consulta; as questões expressamente excluídas da agenda; a confidencialidade; e a formação de representantes. Como se verá, alguns destes tópicos confirmam as dificuldades relacionadas com a “conceção” dos CEEs, ou não fossem os acordos a definir as condições de enquadramento para a ação daqueles órgãos de informação e consulta dos trabalhadores.

i) *Questões objeto de informação e consulta.* Nos 111 acordos analisados, as questões mais recorrentes foram as seguintes: situação económica e financeira da multinacional; estrutura e organização; análise prospetiva; principais alterações organizacionais e estruturais previstas; principais tendências ao nível do emprego; projetos, investimentos e estratégias da multinacional; novos métodos de trabalho, de produção e às novas tecnologias; transferências, deslocalizações, fusões, aquisições, reduções de pessoal, despedimentos coletivos e encerramentos; produção e vendas (produtividade e competitividade). Por outro lado, questões como as condições de trabalho (remunerações, horários de trabalho, etc.), a formação profissional, a saúde, higiene e segurança no trabalho, o ambiente, a igualdade de oportunidades, a legislação europeia, e a representação sindical só muito

Quadro 1: Multinacionais, por presença em Portugal, setores, CEE e existência de representante português

	Químico	Metalúrgico	Financeiro	Total
Multinacionais	452	816	141	1409
Multinacionais em Portugal	122	200	38	360
Com CEE	83	130	24	237
Com representante Português	39	57	15	111

Fonte: Costa (2013: 557), Costa e Costa (2014: 130)

Quadro 2: Tipologia das questões objeto de informação e consulta

Acordos restritos	1	Situação económica e financeira
	2	Estrutura e organização
	3	Análise prospetiva
	4	Alterações organizacionais e estruturais
	5	Principais tendências ao nível do emprego
	6	Projetos, investimentos e estratégias
	7	Novos métodos de trabalho e produção/ novas tecnologias
	8	Transferências, deslocalizações, fusões, aquisições, cisões, reduções de pessoal, despedimentos coletivos, encerramentos
	9	Produção e vendas
Acordos abrangentes	10	Condições de trabalho (vínculos contratuais, remunerações, horários laborais, etc.)
	11	Formação profissional
	12	Segurança, higiene e saúde
	13	Ambiente
	14	Igualdade de oportunidades
	15	Legislação europeia
	16	Representação sindical

Fonte: Costa e Costa (2014: 150)

esporadicamente constam dos acordos. Partindo deste leque de questões, é possível estabelecer uma distinção entre acordos que definem as questões a serem objeto de informação e consulta em sede dos CEEs de modo mais circunscrito à letra da Diretiva (classificados como acordos *restritos*) e acordos mais *abrangentes*, ou seja, que vão para

além do estabelecido na Diretiva. Apesar de quase não haver disparidade entre um tipo e outro, a maioria dos acordos (mais precisamente 56) enquadra-se no grupo dos acordos restritos. A ausência de outras questões nas agendas dos CEEs revela a incapacidade dos representantes dos trabalhadores para, no processo de negociação dos acordos,

irem além dos requisitos da Diretiva. Por outro lado, um olhar mais atento sobre os acordos classificados como abrangentes, permite constatar que essa abrangência se limita, para uma parte significativa dos acordos, a duas questões (25 acordos ou 49 %). Os acordos que registam a inclusão de uma e três questões que constam da tipologia

Quadro 3: Questões expressamente excluídas

	N	%
Relacionadas com unidades nacionais	24	21,6%
Potencialmente prejudiciais para a multinacional	10	9,0%
Relacionadas com unidades nacionais + Potencialmente prejudiciais	8	7,2%
Relacionadas com unidades nacionais + Potencialmente prejudiciais + Remunerações, compensações, benefícios e condições de trabalho	4	3,6%
Relacionadas com unidades nacionais + Remunerações, compensações, benefícios e condições de trabalho	2	1,8%
Relacionadas com unidades nacionais + Negociação coletiva	1	0,9%
Outras situações*	7	6,3%
Não referido	55	49,5%
Total	111	100,0%

Fonte: Costa e Costa (2014: 155)

* Incluem combinações variáveis de questões expressamente excluídas (nacionais, potencialmente prejudiciais, negociação coletiva e condições de trabalho).

acima enunciada surgem, na amostra estudada, como tendo uma representatividade de 22 % cada (11 acordos). As questões mais recorrentes dizem respeito à segurança, higiene e saúde no trabalho, ao ambiente e à formação profissional. Questões como as condições de trabalho (salários, principalmente) e a igualdade de oportunidades são ainda uma raridade no leque das questões a serem debatidas em sede dos CEEs.

ii) Oportunidade da informação e consulta. Na linha do que relataram alguns estudos anteriores realizados no contexto europeu, é reduzido o número dos acordos que fazem referência explícita ao facto de a informação e consulta deverem ter lugar em tempo útil, ou seja, previamente à tomada de qualquer decisão suscetível de afetar os interesses dos trabalhadores. Tal apenas sucede em 38 dos 111 acordos estudados (34,2 %). Uma minoria, portanto, face aos 69 acordos (62,2 %) que não fazem referência à oportunidade da informação e consulta. De resto, nalguns acordos está explicitamente estabelecido que a direção central e/ou respetivas sucursais são os únicos órgãos competentes para sugerir/implementar decisões.

É reduzido o número dos acordos que fazem referência explícita ao facto de a informação e consulta deverem ter lugar em tempo útil.

iii) Questões expressamente excluídas dos acordos. Cerca de metade dos acordos analisados (56) fazem referência explícita a questões que não podem ser objeto de informação e consulta em sede dos CEEs. As matérias mais recorrentes dizem respeito: aos problemas relacionados com unidades nacionais isoladamente e às questões potencialmente prejudiciais para a multinacional. Igualmente na linha do que é sustentado por Costa e Araújo (2009: 84), sendo o objetivo da Diretiva melhorar o direito dos trabalhadores à informação e consulta transnacionais, é

Os resultados favoráveis das negociações da Comissão de Trabalhadores com Administração traduziram-se efetivamente na obtenção de aumentos salariais.

compreensível que sejam mais frequentemente excluídas das agendas e competências dos CEEs as questões respeitantes às unidades nacionais (24 acordos ou 21,6 %). Porém, apesar desta reserva, alguns acordos salvaguardam a possibilidade de, em circunstâncias excecionais (reestruturações, deslocalizações, encerramentos, despedimentos coletivos, etc.), se realizarem encontros entre os representantes dos trabalhadores da unidade afetada, os representantes dos trabalhadores do CEE e a direção central. A própria Diretiva prevê, de resto, a realização de reuniões extraordinárias para esse efeito. Embora os acordos prevejam que os representantes dos trabalhadores nos CEEs, bem como os peritos ou convidados, devam manter confidenciais as informações comunicadas como tais durante e após o seu mandato, nalguns acordos as direções centrais reservam-se o direito de não divulgar informação que possa ser potencialmente prejudicial para a multinacional (10 acordos ou 9 %).

iv) Confidencialidade. Nos termos do artigo 8º da Diretiva dos CEEs em vigor, designadamente no ponto 1, “os Estados-membros devem dispor que os membros do grupo especial de negociação e do conselho de empresa europeu, bem como os peritos que eventualmente os assistam, não são autorizados a revelar a terceiros as informações que lhes tenham sido expressamente comunicadas a título confidencial. O mesmo se aplica aos representantes dos trabalhadores no âmbito de um procedimento de informação e consulta. Esta obrigação mantém-se seja qual for o local em que os representantes se encontrem, mesmo após o termo dos respetivos mandatos”.

O que a análise dos acordos evidencia é que a questão da confidencialidade se encontra explicitamente prevista em 97 dos 111 acordos, ou seja, em 87,4 % dos acordos. Trata-se de uma maioria esmagadora, bem reveladora das cautelas das multinacionais quanto à proteção dos seus interesses, por vezes mesmo quando os assuntos não o justificariam.

v) Formação dos representantes. Nos acordos analisados sobressaíram três linhas de força. Em primeiro lugar, um elevado número de acordos que simplesmente não menciona a formação dos representantes (49 acordos ou 44,1%). Em segundo lugar, a formação em Línguas aparece isoladamente em 20 acordos (18%). Em terceiro lugar, a referência à formação de uma forma ambígua: aquela que é necessária para que os representantes desempenhem adequadamente as suas funções no âmbito dos CEEs (18 acordos ou 16,2%).

5. Estudos de caso: boas práticas

Em face quer dos já mencionados obstáculos que se colocam aos CEEs, quer da limitações que também são inerentes a uma maioria dos acordos, importa destacar três estudos de caso nos quais foi possível identificar um conjunto de boas práticas. O aprofundamento destes estudos de caso permitiu, no que diz respeito aos contactos (entrevistas) com os representantes de trabalhadores, orientar a discussão para os seguintes pontos: o processo de revisão da diretiva e a nova Diretiva 2009/38/CE; o texto do acordo do CEE da multinacional em questão; o modo de funcionamento do CEE da multinacional do representante; os impactos da crise económica internacional nos CEEs; e a classificação da atuação dos CEEs, em geral, e do CEE a que o representante pertence, em particular. No entanto, seguidamente são apenas fornecidos os traços mais salientes de cada um dos estudos de caso.

5.1. O CEE do grupo Volkswagen

No setor metalúrgico, foi estudado o CEE do grupo Volkswagen, tendo sobretudo por base a experiência da filial portuguesa, a Autoeuropa. Neste estudo de caso merecem ser destacados os seguintes pontos com fatores indutores de boas práticas de relações laborais: a cultura de parceria social como ponto de partida; a interlocução especial com a comissão de trabalhadores; a efetividade da democracia laboral; e a capacidade para resolver problemas/desbloquear impasses.

i) Cultura de parceria social. Este ponto assinala a importância atribuída historicamente ao papel da negociação, por sinal uma tradição arraigada na “casa mãe” da empresa, sob a inspiração de uma “cultura alemã” orientada para evitar o encerramento de empresas. Para tal em muito contribui a designada “lei-VW” e o papel do conselho fiscal. Na verdade, para levar a cabo um encerramento de uma fábrica são precisos 75% dos votos, mas como o conselho fiscal é composto por 20 elementos (10 representantes de trabalhadores e 10 acionistas) esse processo fica dificultado. Por outro lado, são os próprios representantes da administração da VW que consideram o CEE como um instrumento útil para envolver os representantes dos trabalhadores nas políticas do grupo. Além disso, e de modo complementar, do ponto de vista dos representantes dos trabalhadores, o caso da VW mostra que um CEE que consegue criar coesão interna e que se baseia numa

visão estratégica pode tornar-se um fator de influência na expansão transnacional do grupo.

Os representantes dos trabalhadores são envolvidos nos processos de tomada de decisão numa fase muito embrionária do processo.

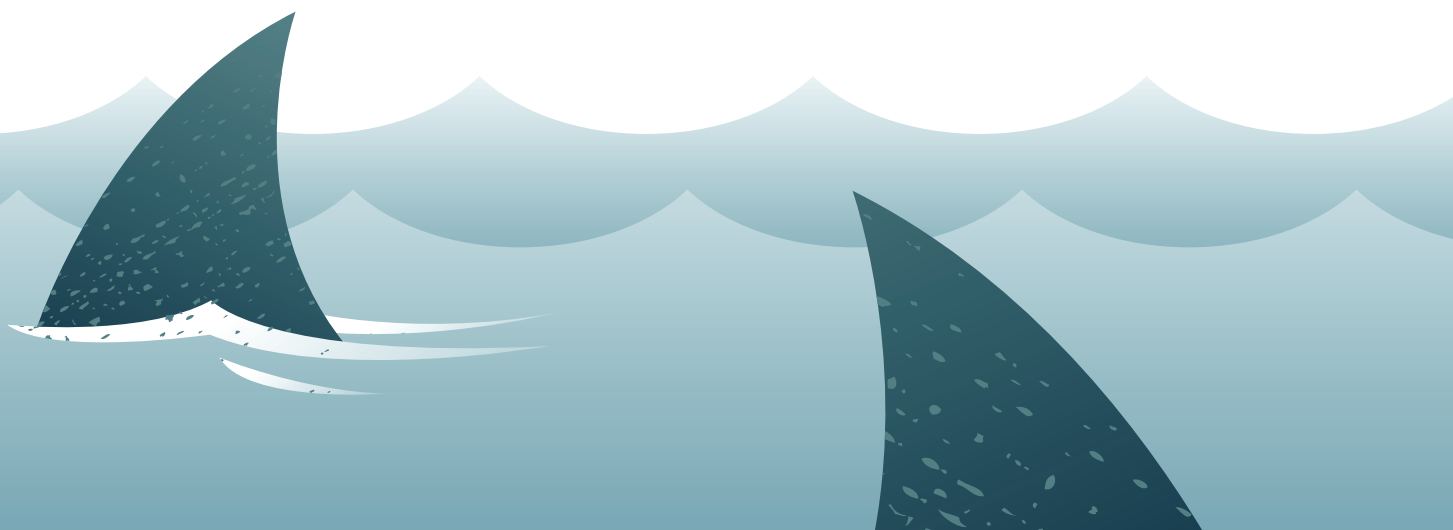
ii) A interlocução preferencial com a comissão de trabalhadores. Segundo o representante do CEE entrevistado em mais do que uma ocasião, o peso dos trabalhadores sindicalizados na Autoeuropa ronda os 45% e não raras vezes essa presença sindical está associada a discursos e práticas que valorizam mais a combatividade do que a conciliação. Este facto, aliado a uma maior apetência da administração para interagir com comissão de trabalhadores (CT), confere a esta um papel de maior destaque. Na verdade, no seio da Autoeuropa é reportada a existência de um processo permanente de comunicação e de diálogo que, em fases de negociação, chega a atingir 3 reuniões por semana e fora das fases de negociação cifra-se numa reunião semanal. Por outro lado, o facto de o representante português no CEE ser igualmente o coordenador da CT da Autoeuropa, permite criar sinergias entre a agenda nacional e transnacional dos trabalhadores. Entretanto, ao longo dos últimos 4 anos, os resultados favoráveis das

negociações da CT com administração traduziram-se efetivamente na obtenção de aumentos salariais em grande medida sob influência do “ciclo produtivo” alemão que atua em contraciclo face ao português.

iii) A efetividade da democracia laboral.

A constatação de que a ideia de liberdade, autonomia ou da partilha de responsabilidades entre capital e trabalho é legitimadora na noção de democracia no local de trabalho sai reforçada no caso da Autoeuropa. Desde logo porque é escasso o relato dos problemas existentes no seio da empresa. Por outro lado, ao contrário do que sustenta o texto da Diretiva dos CEEs e do que é o conteúdo comum à maioria dos acordos de CEEs, não é preciso que um problema ocorra em dois Estados para que ele possa ser resolvido. Ou seja, o CEE permite que se trate primeiro dos problemas mais graves e só depois dos comuns.

Mas além destes aspetos, há um conjunto de sinais reveladores do exercício da democracia laboral que podem ser elencados: a) os representantes dos trabalhadores são envolvidos nos processos de tomada de decisão numa fase muito embrionária do processo; b) ao contrário do que é frequente nas reuniões dos CEEs em geral, as reuniões do CEE da Autoeuropa demoram, em média, dois ou três dias: o primeiro dia é reservado para as CTs (e todo o tipo de organizações representativas de trabalhadores das diferentes filiais do grupo) verem o tipo de problemas que têm; o segundo dia para reuniões de trabalho



entre trabalhadores e diretores de recursos humanos; finalmente, o terceiro dia destina-se ao encontro mais formal do CEE, envolvendo representantes de trabalhadores e a direção do grupo; c) o CEE é visto como um órgão conciliador (muito apoiado precisamente na lógica do sistema de cogestão alemão). Como dizia numa das entrevistas o representante português dos trabalhadores no CEE da VW “se nós fizermos uma greve aqui a primeira coisa que eles nos dizem é para antes de entrarem em greve comuniquem-nos, para ver o que é que nós podemos fazer cá”; d) não há sectarismos nas posições dos diferentes representantes (portanto, não há riscos de contribuições desiguais), ainda que os trabalhadores da sede possam ter acesso mais fácil (rápido) a informações; e) a agenda de problemas a debater em sede de CEE é flexível, ou seja, não há uma agenda prévia, fixa ou imposta pela administração pois isso é definido em reunião entre as próprias CTs (o que significa, afinal, que existe uma via informal e flexível na definição da própria agenda do CEE); etc. (Costa e Costa, 2014: 196 e ss.).

iv) Capacidade para resolver problemas/desbloquear impasses. Como se disse acima, mesmo que os problemas possam ser escassos, sempre que eles ocorrem mas não se resolvem nacionalmente, o CEE pode funcionar como mecanismo de pressão secundária sobre a administração da empresa, dando conhecimento desse problema à administração central. Nos últimos 4 anos,

o encerramento do posto médico ao fim de semana, a destituição de um *team* líder por ser membro da CT, a necessidade de garantir o reforço dos padrões de saúde e qualidade no trabalho, através de uma automatização das cabines de pintura, foram algum dos problemas reportados pelo representante português no CEE da VW. Em todos eles, o papel do CEE foi decisivo no sentido de exercer a referida “pressão externa” sobre a casa-mãe na Alemanha. Tal se fez necessário, não obstante, como se referiu, o clima ser de diálogo entre administração local e trabalhadores.

5.2. O CEE do grupo Air liquide

No setor químico foi sobretudo analisado o papel do CEE do grupo Air Liquide, por sinal um grupo líder mundial de gás para a indústria, a saúde e o ambiente. Neste CEE quatro aspetos justificam um maior destaque: a secundarização do acordo face à prática; o envolvimento da Comissão de trabalhadores (CT); a saúde financeira do grupo; e a obtenção de resultados.

i) o acordo formal do CEE fica em segundo plano. Isto é, mais do que utilizar propriamente o acordo como plataforma para a ação, destaca-se a possibilidade de, do ponto de vista prático, ir além do que estipula o acordo. Como referia o representante do CEE do grupo Air Liquide, “o acordo em si não é importante, o que é importante é depois o que se faz na prática. O que o acordo faz é estabelecer algumas regras que devem

existir para que haja alguma organização, mas depois tudo depende da forma como as coisas vão acontecendo”;

ii) o envolvimento da CT. Tal como sucede com a Autoeuropa (ainda que sem o mediatismo desta), também no grupo Air Liquide o papel negocial da CT foi considerado preferencial face à interlocução com os sindicatos. O que se explica quer pela baixa presença de sindicatos na empresa, quer porque a imagem dos sindicatos se afigura como menos favorável à formação de consensos, considerados fundamentais em sede de CEEs. Na verdade, o grupo como um todo está orientado para as ideias de inovação, tecnologias de ponta, empresa social, empresa cidadã, códigos éticos; e nesse sentido rejeita qualquer pretexto que possa alimentar a conflitualidade e pôr em causa a imagem da empresa;

O acordo em si não é importante, o que é importante é depois o que se faz na prática.

iii) a saúde financeira do grupo. Este aspeto torna defensável a correlação nos termos da qual o sucesso de um CEE depende igualmente do sucesso da empresa/grupo de que faz parte. O facto de nos últimos quatro anos o grupo apresentar resultados líquidos significativos (a rondar sempre os 15 mil milhões de





euros anuais) confere também ao CEE um sinal de segurança pois as condições do grupo, sendo favoráveis, tornam expectável uma “partilha do bolo”. E na verdade, o desempenho financeiro do grupo é acompanhado por uma estratégia de gestão/proteção da sua imagem; *iv) obtenção de resultados.* Como se disse no parágrafo anterior, as conquistas “sociais” não podem separar-se do relativo desafogo financeiro do grupo. Nesse sentido, mesmo que o CEE não seja, por definição, um órgão para reivindicar melhor salários, já em sede de CEE se veiculou a possibilidade de um mês de salário adicional em função dos resultados da empresa. Por outro lado, a criação de um “jornal de crise” para reportar possíveis problemas (desemprego, despedimentos, salários não atualizados, ambiente, segurança, etc.) ocupou um lugar de destaque no *bureau* do CEE. Não que tais problemas

tivessem ocorrido, mas seria no entanto importante falar deles por antecipação, criando assim uma espécie de “alerta virtual” para a possível ocorrência de problemas reais que, pela via de um “jornal” desse tipo, foram evitados.

5.3. O CEE do Grupo BES

Em face da catadupa de acontecimentos e notícias que, desde julho de 2014, os *media* em Portugal (e não só) tem feito eco a propósito do Grupo Banco Espírito Santo, custará a aceitar ao leitor que o CEE do Grupo BES aqui possa aparecer com um destaque positivo. No entanto, a realidade que aqui vai ser reportada sobre este CEE é anterior ao processo de desestruturação do Grupo BES e consequente constituição do Novo Banco. E como nessa fase os trabalhadores sempre viram os princípios centrais da Diretiva – informação e consulta – serem integralmente respeitados, não

há como não mencionar sinais de boas práticas. Por outro lado, inclusive durante o último ano, e ao contrário dos legítimos protestos protagonizados por clientes lesados que comparam papel comercial do banco, não são conhecidas propriamente reações acaloradas dos trabalhadores contra a atividade do BES/Novo Banco, não obstante, claro está, a evidente preocupação expressa pelos representantes de trabalhadores quanto à necessidade de garantir a manutenção de postos de trabalho, prática que pelo menos no passado sempre foi apanágio do banco.

Feito este reparo, três características associadas ao CEE do grupo BES merecem aqui ser recordadas: as condições do seu surgimento; o seu dinamismo; e os seus resultados.

i) condições de surgimento. Tendo sido pioneiro (e único) em Portugal, o CEE do grupo BES beneficiou, na sua

constituição, de três tipos de relacionamentos favoráveis: inicialmente entre CT e sindicatos portugueses, entre CT e sindicatos espanhóis e entre trabalhadores e administração, algo que foi sempre qualificado pelo responsável sindical da altura (por sinal presentemente secretário geral da UGT) como relacionamento de “boa fé”.

ii) Dinamismo do CEE. O caráter dinâmico deste CEE evidenciou-se num conjunto diversificado de pontos: numa ação do CEE projetada para além das “fronteiras rígidas” do acordo, na linha do sucedido com o grupo Air Liquide; na proatividade do CEE em vez da mera reatividade; na maximização das redes e contactos informais (na linha do sucedido do CEE do grupo VW); na possibilidade da ocupação simultânea de cargos de responsabilidade em organizações representativas de trabalhadores; na experiência acumulada dos membros do CEE; nas qualificações dos membros do CEE em geral e no domínio de línguas estrangeiras, em particular; na possibilidade dos representantes poderem dedicar-se ao CEE a tempo inteiro.

iii) Resultados. De entre as principais conquistas associadas a este CEE contam-se, segundo os representantes de trabalhadores entrevistados em várias ocasiões, as seguintes: a) o seu pioneirismo; b) aquisição de uma perspetiva macro das atividades do grupo; c) o papel de mediação que o CEE do BES passou a exercer entre a administração e as organizações representativas de trabalhadores portuguesas e estrangeiras, em especial nas operações suscetíveis de afetar os interesses dos trabalhadores (fusões, aquisições, etc.). Tal sucedeu, por exemplo, com a atitude adotada no sentido de tranquilizar os trabalhadores após a falência do Lehman Brothers, tendo para o efeito o CEE pressionado a administração a resolver a sua situação e a informar corretamente os trabalhadores diretamente afetados nas sucursais espanholas; d) o feedback positivo transmitido aos membros do CEE por parte dos trabalhadores do BES, designadamente através

da criação de um boletim informativo; e) feedback positivo recebido por parte dos colegas espanhóis.

6. Conclusão

Apesar das mais de duas décadas de vida formal que já contam, os CEEs evidenciam um processo de construção progressiva e envolvimento em dinâmicas transnacionais (Waddington, 2011). Mas é claro que tal é revelador de um potencial assinalável. Como consideram Telljohann *et al.* (2009: 17), “a europeização das relações laborais, e particularmente a adoção da diretiva sobre conselhos de empresa europeus, desempenhou um papel maior no caminho que conduziu à negociação coletiva transnacional e aos acordos-quadro globais”. Nesse sentido, e até pela relevância que detêm no quadro do sindicalismo europeu (Bernaciak, Gumbrell-McCormick e Richard Hyman, 2014: 75), os CEEs continuam a anunciar várias potencialidades: conferir aos representantes de trabalhadores maiores possibilidades de interlocução e afirmação perante as administrações locais; permitir às administrações centrais a aquisição de um maior conhecimento da amplitude dos problemas dos trabalhadores das diferentes filiais; propiciar uma melhor comparação entre filiais, de modo a perceber melhor as distinções bem como as reivindicações; aceder a um patamar de decisão superior, exercendo formas de pressão secundárias, isto é, complementares aos mecanismos nacionais; reforçar uma cultura de «diálogo social na empresa, etc. (Costa e Costa, 2014: 276) •

Referências bibliográficas

Bernaciak, Magdalena; Gumbrell-McCormick, Rebecca; Hyman, Richard (2014), *European trade unionism: from crisis to renewal?* (report 133). Brussels: European Trade Union Institute.

Buschak, Willy (1995), “European works councils open new horizons”, *Transfer – European Review of Labour and Research*, 1 (1), 133-135.

Costa, Hermes Augusto (2008), *Sindicalismo global ou metáfora adiada? Discursos e práticas transnacionais da CGTP e da CUT*. Porto: Afrontamento, 347 pp.

Costa, Hermes Augusto (2013), “European works councils between formal requirements and good practices: the potential for further development based on evidence from Portugal”, *Transfer – European Review of Labour and Research*, 19 (4), 553-567.

Costa, Hermes Augusto; Araújo, Pedro (2009), *As vozes do trabalho nas multinacionais: o impacto dos Conselhos de Empresa Europeus em Portugal*. Coimbra: Almedina/CES, 223 pp. [Prémio Agostinho Roseta, 6ª edição, 2011]

Costa, Hermes Augusto; Costa, Paula Reis (2011), *Informação e consulta de trabalhadores nas multinacionais: análise do impacto dos Conselhos de Empresa Europeus em Portugal nos sectores metalúrgico, químico e financeiro* (proj. III/7/2008). Relatório Final de Projeto de Investigação Financiada pelo Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra. Coimbra:

Costa, Hermes Augusto; Costa, Paula Reis (2014), *Conselhos de Empresa Europeus: um estudo dos setores metalúrgico, químico e financeiro em Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Hyman, Richard (2001), “European integration and industrial relations: a case of variable geometry?”, in P. Waterman e J. Wills (orgs.), *Place, space and the new labour internationalisms*. Oxford: Blackwell, 164-179.

Lecher, Wolfgang; Platzer, Hans-wolfgang; Rüb, Stefan; Weiner, Klaus-Peter (1999), *The establishment of European Works Councils: from information committee to social actor*. Aldershot: Ashgate.

Miller, Doug (1999), “Towards a «European» works council”, *Transfer – European Review of Labour and Research*, 5 (3), 344-365.

Santos, Boaventura de Sousa (1995), *Toward a new common sense: law, science and politics in the paradigmatic transition*. Londres: Routledge. Telljohann, Volker (2005), “The European Works Councils – a role beyond the EC Directive?”, *Transfer – European Review of Labour and Research*, 1 (5), 81-96.

Telljohann, Volker; Costa, Isabel da; Müller, Torsten; Rehfeldt, Udo; Zimmer, Reingard (2009), *European and international framework agreements: Practical experiences and strategic approaches*. Luxembourg: European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions.

Waddington, Jeremy (2011), *European Works Councils: a transnational industrial relations Institution in the making*. Londres: Routledge. Whittall, Michael; Knudsen, Herman; Huijgen, Fred (orgs.) (2007), *Towards a European Labour Identity. The case of European Works Councils*. Londres: Routledge.

Wills, Jane (2000), “Great expectations: three years in the life of a European Works Council”, *European Journal of Industrial Relations*, 6 (1), 83-105.

Wills, Jane (2001), “Uneven geographies of capital and labour: the lessons of European Works Councils”, in P. Waterman e J. Wills (orgs.), *Place, space and the new labour internationalisms*. Oxford: Blackwell, 180-205.



PAULO FERREIRA DA CUNHA
UNIVERSIDADE DO PORTO

Relatos do Bule ou Jacarandás no Inferno

Capítulo XV Produção e Criação Literárias

Há, nessa concha caprichosa que é a casa de Guilherme, uma divisão larga e espaçosa que sacrifica ao gosto minimalista. Continua uma vidraça enorme sobre o mar. O tecto alto. As paredes, porém, agora nuas, de um branco quase disfarçando-se, e um soalho de longas tábuas bascas, brilhantes e sólidas. No meio de toda aquela imensidão de espaço, apenas dois sofás. Sim, sofás e não poltronas, de estilo linear, cujo principal conforto consiste na nudez e em endireitarem as costas do paciente.

É ali que Guilherme medita em momentos mais depressivos. Sem sequer uma música de fundo, se descontarmos o eterno marulhar do Oceano. É ali também que Guilherme faz questão de levar alguns amigos para assuntos mais graves, desses em que há toda a conveniência em um intelectual não tropeçar nas suas estantes. O despojamento purificador de adiposidades culturais é vital. Afinal, é ali que Guilherme acaba por conviver com aquelas personalidades que, por algum motivo, lhe são ou mais antipáticas ou mais simpáticas. Expliquemo-nos: aos adversos, procura ele afugentar com um cenário desolado; aos amigos, deseja colher só para si, absorver, sem que se percam no bricabraque de um refúgio que sabe ser em geral excessivamente barroco.

Hoje Guilherme foi à "sala branca", como lhe chama. Também a poderia designar por sala vazia, mas toda a sua forma mentis o obrigava a seguir uma designação cromática. Entrou meia hora antes do seu convidado. Rodopiou no espaço vazio, sentou-se virado para o mar, fechou os olhos.

Não a via há muito. Diana entrou no aposento depurado, dir-se-ia mais solar que nunca. Era morena, melhor, não era loira (por vezes, teimamos em chamar morenas às que simplesmente não possuem cabelos doirados, e mesmo o loiro dito veneziano é um tertium genus curioso...). Mas a sua alma contrastante, e um brilho dos olhos negros davam-lhe essa chama que irradiava.

Pessoalmente, estamos persuadido que solar lhe era sobretudo o espírito.

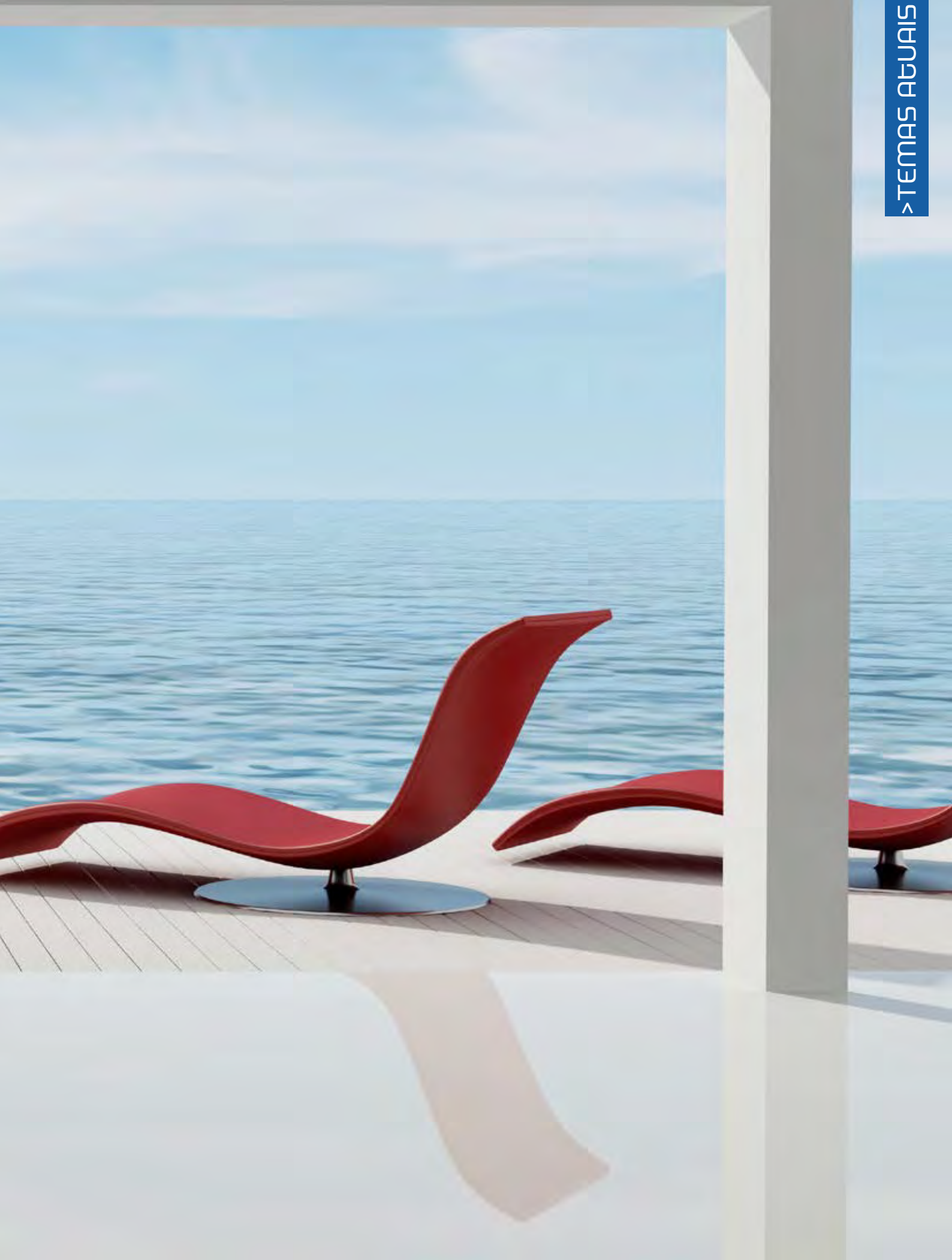
Unia-os desde os tempos da universidade, esse pacto fraternal que pode tornar

Não publico. Primeiro, porque não tenho dinheiro para me financiar edições do autor. E depois... porque só a mim interessa o que escrevo.

eternos os companheirismos da partilha das sebtas. Era como se tivessem um selo de sangue. Podiam não se ver durante anos, mas o seu reencontro redespertava exatamente no momento

em que se tinha separado da última vez. Só que, em lugar de, como na Bela Adormecida, o tempo ter no entretanto parado, pelo contrário a conversa e o convívio retomados incorporavam de forma absolutamente dialogante e inteligível, os sucessos ocorridos a cada um no transcurso do Cronos. E dir-se-ia que as suas vidas corriam em paralelo, com o fim de depois, e a espaços, se reencontrarem nessas tardes azuis de conversa sobre o mar, ou nessas noites sem fim de grandes passeios ao luar.

Guilherme e Diana sempre tinham compreendido a sua condição de testemunhas um do outro, e sempre velavam o altar da Amizade, a verdadeira. Davam Graças aos Céus por jamais se terem ludibriado mutuamente, como tantas vezes ocorre, confundindo o que é próximo, mas diversíssimo, e sacrificando à habitualidade dos rituais socialmente aceites e encorajados. Correram em tempos, obviamente, alguns boatos. Sempre se divertiram moderadamente com eles. Tinham mais em que pensar. Guilherme e Diana ocupavam a sala. Não nos é permitido narrar fielmente o que disseram. Há, numa conversa assim, mil pormenores que não só nos escapam, como seria impossível transmitir na sua plena significação. É evidente a causa: faltam contextos, conotações, cumplicidades. Numa sala minimalista este bule vosso criado teve de espreitar pela fechadura. Vantagens do bico fino...



É também nosso dever prevenir que uma falsa artificialidade, desmentida por um olhar, um sorriso, um gesto ou um esgar até, por vezes domina o colóquio. Há um sábio e sutil jogo de máscaras.

Mas para quê tantas prevenções? A verdade é que é intransmissível a magia que rodeia aqueles dois, e que apenas saberemos captar o fátuo, o circunstancial do óbvio, da temática versada — que é o pretexto para a mais profunda comunicação. O texto, afinal, que é a música de fundo das comunhões essenciais. Suba o pano: que a conversa já só a vamos apanhar a meio...

— (...) Lembra-me bem de um fim de tarde, nas colunas da Faculdade, à sombra daquelas venerandas estátuas de filósofos, de géometras, de poetas..

— Oh! Oh! Como lembro. Era um desses dias em que se sufoca, não fora a frescura das ideias... e a brisa. Uma brisa d'alma. - estavam em maré de evocações.

— Sempre foste poetisa. Continuas a escrever? - disparou Guilherme.

— Cada vez mais. Mas para mim. Não

publico. Primeiro, porque não tenho dinheiro para me financiar edições do autor. E depois... porque só a mim interessa o que escrevo.

— Sempre tiveste um não sei quê de avara.

— Eu sei que as verdades te chocam. Mas se são verdades!... Nunca tentaste a carreira diplomática? — a picá-lo.

— Não, esse não era eu. Eu queria era a Marinha.

Não citava ninguém. Nunca percebi se aquilo lhe saía tudo da cabeça.

— Continuação da diplomacia... — disseram ambos e sorriram do dito.

O sol da tarde iluminava mais a solar Diana. Guilherme avançou:

— Mas então, poesia. Hmmm... Muito bem. E continuas nessa universidade... como se chama? — Guilherme

nunca encarara muito bem as universidades mais novas e não estaduais. Tinha contra elas um preconceito social e clássico.

— Ah! A minha vida deu muitas voltas desde que a tens registado. Não nos vemos há cinco, seis anos, não é?

— Sim. Talvez isso.

— Pois bem, vai-te preparando para uma surpresa.

— Serás já catedrática? É isso!? É. É isso... — o sorriso e o olhar de Guilherme eram quase infantis. Mas teve de moderar-se, descoroçoado.

— Sim, e não. Mas isso não importa.

— Modéstia! Eu sabia que era isso. E vieste dar-me a novidade. Obrigado. Mas eu sempre soube, eu sempre afirmei que tu eras a mais brilhante... — ia visivelmente começar um discurso. Paradoxal, este Guilherme. Como ele dava e não dava, radicalmente não dava, importância aos graus académicos.

— Não venhas com retóricas. Queres verdadeiramente saber? Assim, só vês a realidade que crias! — foi ríspida, embora mantendo um sorriso simpático, des-

Quem aceita artigos sem fontes?

ses que desculpam afrontas. Guilherme calou-se, e preparou-se para escutar uma lição. Ele sabia que Diana era sempre bafejada pelos deuses em peripécias. Mas ela prometeu ser rápida.

— Lembras-te, certamente, do nosso brilhante condiscípulo, esse sim brilhante, o Francisco?

— Desse sim. Era um rapaz diferente. Era sem dúvida o melhor de todos nós (repetiu-se sem se dar conta). Tinha uma aura de profeta, sendo tímido. Era um orador fulgurante, quando se inspirava. Estudava um tratado numa tarde e nunca fazia diretas; era amável para com todos, mas conhecia bem os seus inimigos. Muito invejado, vivia levemente, delicadamente. E que bem que pintava!...





— Sim. E compunha. Alguma vez o ouvieste em imitações de Lieders? Era soberbo. Compunha a música, mas também — e em Alemão — a letra. E depois enganava todo o mundo.

— Essa faceta não lhe conhecia. Mas era um magnífico contador de anedotas. — E um atleta.

— Ah, disso eu nunca soube nada. E que modalidade?

— Salto à vara. E disco. Mas cá no País...

— Bem sei, bem sei. Mas, diz-me - que já nos embriagamos com a simples evocação do Francisco - porque falas nele? Espera. Não digas. É curioso como nunca ninguém ousava chamar-lhe Chico. Sim ele era o Francisco.

— Pois era. Não havia outro. Nem há...

Uma nuvem escura passou pelo olhar negro de Diana. E uma tímida lágrima poderia ter-se insinuado, não fora ela a própria Coragem e Contenção.

Guilherme, que era sensível e intuitivo, apesar de muito se enganar com os seus preconceitos e o seu intelectualismo, percebeu:

— Não me digas que...

— Sim. Pior. Suicidou-se há dois anos.

— Suicidou-se ?

— Ele suicidou-se. Eu...

— Mas...

— Francisco era meu amigo, mas nem sequer íntimo. Ele não era íntimo de ninguém, parece. Pelo menos, ninguém era íntimo dele.

—...

— O que sucede é que, à distância, eu

Respeitador dos poderes e das instituições formais, nunca deu passo nenhum sem consultar os reitores, os diretores e decanos. Até os colegas.

seguia os seus passos. Ele era a nossa vanguarda. O que lhe sucedesse a ele, era como um símbolo para nós todos, para a nossa geração.

— Bem. Tenho pena de nunca mais o ter visto. Ele nem sequer aparecia nos jantares do curso.

— Devo dizer que nós também não.

— A princípio, não. Depois tornei-me fã. É a velhice!...

— Bom. O que ocorreu foi que a morte do Francisco me obrigou a demitir-me da universidade.

— Mas, como?

— Percebi que o meu lugar deveria ter sido dele, embora estivéssemos em países diferentes e em instituições muito diversas. Mas somos cidadãos do mundo...

— Mas, queres dizer que te demitiste... da cátedra?

— Sim. E estou muito feliz.

— Não entendo.

Decidiu, dada a delicadeza da matéria (de que nada estava a perceber), mudar prudentemente de conversa. E o seu olhar saltitante deu-lhe uma inspiração súbita. Estava salvo:

— De há horas que vejo aí no dedo um anel doirado, e tenho tido algum pudor...

— Sim. É verdade. — e riu-se alto: não casei rica, mas casei.

— Mas não percebo o que tem a ver o Francisco.... - voltou o outro, a quem intrigava essa estória da demissão...

— É assim: O Francisco formou-se com as mais altas classificações; mas, como tinha a mãe sempre doente, preferiu ficar numa universidadezinha pequena perto da casa rural de família, na qual fazia ofício de feitor, e, quando preciso, de trabalhador braçal.

— Coitado! — replicou Guilherme, que era agora sinceríssimo.



— Nunca se adaptou bem à mediocridade imperante. Vingava-se a desenhar, a projetar, a escrever. Aderiu ao partido errado, embora não fosse verdadeiramente militante. Os seus artigos académicos eram por demais heterodoxos, para todas as ortodoxias...

— Esses, julgo que os tenho quase todos. Ah, isso sim: era um iconoclasta. Como achava ele forças para aquilo? E depois, não citava ninguém. Nunca percebi se aquilo lhe saía tudo da cabeça. Mas devia sair, que ele era bem menino para isso! E depois? Claro que não passava por nenhum blind referee...

— Óbvio. Quem aceita artigos sem fontes? Aparentemente, pelo menos. Depois, como é evidente, nunca conseguia singrar. Respeitador dos poderes e das instituições formais, nunca deu passo nenhum sem consultar os reitores, os diretores e decanos. Até os colegas. Cedia as cadeiras a que tinha direito. Recusava bolsas em benefício dos mais novos. Desistiu de ir a concursos para deixar passar os que achava promissores. E nunca lhe agradeciam. Pior:

Começou por fazer greve aos livros. Deixou de ler, silenciosamente, em protesto por não conseguir pagar a conta da livraria.

diziam o pior possível dele. Calúnias vis, do pior...

— Bem, nós também temos a nossa quota parte de maledicências por aí...

— Com ele era mais grave. Bom. Eu talvez não to devesse dizer. O facto é que o Francisco me nomeou sua testamenteira com a incumbência expressa de lhe publicar os póstumos. E de organizar uma exposição com os desenhos, as maquetas...

— Eia! Isso, pelo menos, é uma boa notícia.

— E os diários do Francisco (são só sessenta cadernos em letra claríssima e miudinha) são claros sobre todos os pormenores.

— E o baú é grande? Alguma coisa de interesse? Projetos? Ele estava a trabalhar numa cidade utópica, creio que com o secreto desejo de um dia algum mecenas a vir a edificar... Disso toda a gente sabia.

— Sim. Tens os planos muito avançados para vários quarteirões da cidade interna, da cidade burocrática e da cidade política. Mas há mais. Pensa em três arcas do Fernando Pessoa, só que com inéditos interessantíssimos que vão da Teoria da Música à Ergonomia, passando pela Álgebra Superior e, é claro, a Crítica de Arte.

— Era um génio. Mas sobre a Música e a Álgebra... isso são coisas de amator, não?

— Consultei especialistas. Todos acreditam que o nosso Francisco é um pseudónimo de uma equipa de sábios.

— Acho exagero, mesmo assim. Mas diz-me: então ele suicida-se porquê?

— Suicida-se em protesto. Não pessoal, mas corporativo.

— Não entendo.

— O Francisco tem uma vida de

dedicação praticamente integral à universidade. A morte da mãe e a venda do solar de família vão libertá-lo dos últimos compromissos. Desde esse momento até que... — e medeiam aí sete anos — escreve apenas dez livros e quase uma centena de artigos. Vinha desenvolvendo uma teoria a par de uma aversão àquilo que amava. Começou por fazer greve aos livros. Deixou de ler, silenciosamente, em protesto por não conseguir pagar a conta da livraria. Vendeu o material de pintura, mesmo o estirador pôs de lado. Paralelamente, começou a fazer perguntas elementares na Universidade. Uma nova idade dos Porquês... Tornou-se muito inconveniente. A sorte não o bafejou: tornou-se um gaffeur. Depois, aborreceram-no pelos seus livros. Foi vexado e incomodado. Exercia apenas a liberdade de expressão e de criação científica: mas quem quer saber disso, hoje em dia?

— Não teve muita sorte...

— Aí entro eu. Acabava de ser nomeada catedrática, toda contente e fiada no meu mérito... Que presunção a minha! Interrompeu-se:

— Não posso contar-te os pormenores. Ainda está muito fresco... Continuou, depois de um golo de ar:

— Bem. Casei-me no dia seguinte à tomada de posse. Esperáramos sete anos. Não havia dinheiro nem tempo antes da cátedra. Era mais sensato...

Guilherme estava perplexo. Nada naquele puzzle parecia encaixar.

— Resumindo: Francisco, nas suas notas, deu-me afinal elementos concludentes de que eu fora escolhida, a quilómetros de distância, para ocupar uma vaga a que ele afinal concorrera, em desespero de causa, como professor visitante.

— Mas se ele estava morto, demitires-te... Será talvez bonito, mas não é exagero de purismo?

— Não vou fingir que isto é tudo romantismo ou quixotismo. Quando se chega onde cheguei compreende-se que se andou a esbracejar no vazio, e que a educação como está não tem remédio e a carreira não tem finalidade. Que tudo é

só vaidade e tudo é só logro.

— O que aí vai!... Deixas-me sem sentido. Eu afinal sou um desses...

— Desculpa, o teu caso é bem diferente. Tu amas o que fazes, por si mesmo. Tu és a tua cátedra. Ou vice versa...

Guilherme não entendeu se isso era elogio ou grave insulto. Mas não desejou ripostar, porque queria saber o resto da

"Vai-se para professor para se estar junto dos livros e dos alunos, e obrigam-nos a estar junto de papéis sem rosto e sem interesse."

estória.

— Deixa-me continuar — prosseguia Diana: o Francisco formulou, nas suas notas, uma síntese lapidar. Sei-a de cor, e o mais dramático é que não me esforcei por decorá-la:

"Vai-se para professor para se estar junto dos livros e dos alunos, e obrigam-nos a estar junto de papéis sem rosto e sem interesse; vai-se para investigador para se aprender, e querem que ensinemos o que não sabemos, nem é bom que alguém saiba; vai-se para docente para criar, despertar, incentivar e põem-nos de polícia a vigiar e corrigir provas; vai-se para se ter acesso à cultura, e fica-se sem um tostão para a ela chegar. Onde, se quisermos estar junto de pessoas que queiram aprender, devemos fugir dos alunos, que só almejam diplomas; se quisermos estar junto de livros, devemos fugir dos papéis e das secretarias que a própria escrita, coisa sagrada, profanam; se quisermos aprender e criar e incentivar, temos afinal que fazer uma outra tarefa qualquer que nos dê tempo e dinheiro para isso, e nos liberta das burocracias, das avaliações, das reuniões, dos poderes e dos penachos".

— É forte, muito forte... Levou com algum processo?

— É inédito.

— Agora já não é (murmurei; mas nenhum deles ouviu).

E Diana voltou:

— Quando me impuseram a larga faixa e o barrete, o anel e o livro, quando proferi o juramento a Minerva, senti-me triunfante. Hoje, tenho vergonha. O Francisco nunca passou de contratado a prazo. Fazia questão, aliás, de o declarar para as estatísticas, sempre que podia. Por isso, eu abandonei a carreira. E fiz as contas: sou mais feliz a tricotar casacos de malha, a modelar pequenos artigos de decoração... E sobretudo decidi passar a ler o jornal e jogar na Bolsa.

— Na Bolsa? Mas isso!...

— É! Não custa muito. Ganha-se bastante bem, com um pouco de disciplina e faro. Dou as ordens pelo computador, evidentemente. Ganho muito mais que vários decanos reunidos.

— Mas isso é especulação, do mais estéril argentarismo...

— Nunca mais tive de discutir em casa se podíamos ir ao dentista ou comprar um par de sapatos. É um negócio legal, e até divertido. É um jogo...

— Eu disse não entendo nada... - disse em tom menor, como que derrotado.

— Claro que o meu Marido me ajudou. Sabes, ele também... Olha, vou dizer mesmo e de forma enfática, como ele gosta de dizer: ele também não trabalha. Dantes, era advogado. Agora dedica-se às finanças, faz desporto, jardinagem, e vamos ter uma criança lá para...

— Ah. Parabéns!... Não se...

— Pois. Era essa a notícia que eu vinha dar-te. E convidar-te...

— Não pode ser! — Guilherme entrou em pânico. Estas coisas sociais inusitadas...

— Para padrinho, pois.

Guilherme sempre se confundira com Diana, mas desta feita estava com a cabeça à roda. Perguntou maquinalmente: — E então onde vamos jantar? — procurava deslocá-la para o seu terreno.

— Eu estava a pensar que, para variar, passássemos amanhã por aqui, e fôssemos a um restaurantezinho do outro lado do rio...

— Ah, então mete apresentações. Sim senhor. Vamos lá conhecer esse herói! À noite, Guilherme não conseguia conciliar o sono. Veio-lhe um pesadelo •

PARECER

Reposição de aulas - faltas justificadas

Exma. Direcção do SNESup

Solicitam V. Ex.as a elaboração de um parecer jurídico sobre a (i)licitude da imposição pelas entidades diretivas das instituições de ensino superior (IES), enquanto entidades empregadoras, da reposição de aulas não lecionadas pelos docentes por motivos enquadrados legalmente no conceito normativo de *faltas justificadas*, sem pagamento de qualquer acréscimo remuneratório.

Na nossa opinião, a origem do problema interpretativo e aplicativo da lei nesta matéria, deriva da dinâmica do denominado *Processo de Bolonha*, enquanto matriz de organização e gestão dos ciclos de estudos no ensino superior.

Os denominados *princípios informadores do Processo de Bolonha*, no ordenamento jurídico português, estão plasmados no Decreto-lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro. Podemos ler no preâmbulo do diploma: *A criação de um novo sistema de créditos curriculares (ECTS – european credit transfer system), que virá substituir o sistema de créditos consignado no Decreto-lei n.º 173/80, de 29 de Maio, constitui um dos instrumentos mais relevantes desta política de evolução do paradigma formativo.*

Nesta nova conceção o estudante desempenha o papel central, quer na organização das unidades curriculares, cujas horas de contacto assumirão a

diversidade de formas e metodologias de ensino mais adequadas, quer na avaliação e creditação, as quais considerarão a globalidade do trabalho de formação do aluno, incluindo as horas de contacto, as horas de projeto, as horas de trabalho de campo, o estudo individual e as atividades relacionadas com avaliação, abrindo-se também a atividades complementares com comprovado valor formativo artístico, sociocultural ou desportivo.

A concretização normativa desta nova conceção de formação no ensino superior está efetivada nos art. 3º *Conceitos*, art. 4º *Expressão em créditos* e no art. 5º *Número de créditos*; percorrendo estes artigos encontramos a referência a um dos princípios de atribuição do número de créditos por cada unidade curricular: *o trabalho de um ano curricular (do estudante) realizado a tempo inteiro situa-se entre as mil e quinhentas e as mil e seiscentas e oitenta horas e é cumprido num período de 36 a 40 semanas* (al. c) do art. 5º do diploma).

Por sua vez a alínea b) do mesmo artigo estipula como princípio que *o número de horas de trabalho do estudante a considerar inclui todas as formas de trabalho previstas, designadamente as horas de contacto e as horas dedicadas a estágios, projetos, trabalho no terreno, estudo e avaliação.* Deparámos aqui com um novo conceito relevante – *horas de*

contacto – que é definida na alínea e) do art. 3º como *o tempo utilizado em sessões de ensino de natureza coletiva, designadamente em salas de aula, laboratórios ou trabalhos de campo, e em sessões de orientação pessoal de tipo tutorial.*

Julgamos que este quadro conformador e o cumprimento dos seus mínimos legalmente exigidos (ECTS e a consequente carga lectiva anual/docente), são a fonte da tensão de interesses decorrente da imposição pelas IES da reposição/compensação de aulas não lecionada pelos docentes por motivo de razões justificadas (e aqui caberão as ausências ao trabalho que a lei tipifica como justificadas, p. ex. por luto, por casamento, por doença, por assistência a familiar, entre as muitas descritas e enunciadas no art. 134º da nova Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP) – Lei n.º 35/2014, de 20/6, no Código do Trabalho ou em leis avulsas). O que se segue na exposição terá em primeira linha de análise a relação laboral de emprego público constituída pelos docentes e as IES públicas, incluindo-se, no entanto, a situação laboral constituída por IES públicas de natureza fundacional e os seus docentes (v. art. 134º do RJIES), cuja aplicação directa do Código do Trabalho, não parece exigir considerações adicionais.

A análise da (i)licitude da imposição,

por parte da entidade empregadora, de reposição de aulas não lecionadas pelos docentes que faltaram (justificadamente), vai incidir no binómio subordinação jurídica (trabalhador docente)/poder diretivo (entidade empregadora) na dinâmica da determinação da prestação/execução de trabalho a que o trabalhador se obriga pelo contrato de trabalho (por natureza incompleto quanto à fixação e concretização da prestação de trabalho).

Dito de outro modo, importa saber se tal poder diretivo, determinativo, por parte da entidade empregadora, no caso,

As faltas justificadas, por regra, não determinam a perda ou o prejuízo de quaisquer direitos ou garantias dos trabalhadores.

concretizado pela imposição/ordem dada ao docente de repor as aulas que não leccionou por ter faltado como motivo justificativo, é legítimo e em caso afirmativo com que limites tal poder pode ser exercido.

Tais limites decorrerão do quadro normativo aplicável, cujo fito é o de atenuar os conflitos entre as partes, pólos da relação contratual laboral. Na demanda de tal quadro normativo, depara-se nos num primeiro plano os Estatutos de Carreira Docente Universitária e Politécnica (ECDU e ECPDESP, respetivamente), contendo normas específicas regulamentadoras da prestação de trabalho dos docentes no âmbito sistema de ensino superior público, e num plano subsequente os regulamentos de prestação de serviço dos docentes emanados pelas IES.





Assim, e no que à regulação da prestação de serviço dos docentes diz respeito, encontramos nos art. 6º (ECDU) e art. 38º (ECPDESP), as normas que regulam, em cada carreira, tal matéria. Ambas as normas determinam que cada instituição de ensino superior deve aprovar um regulamento de prestação de serviço docente, e que tal regulamento, deve abranger todas as funções que lhes competem, nos termos das normas dos conteúdos funcionais previstos para cada categoria. Abrange assim o conceito de serviço dos docentes, não só as *horas de contacto* (aulas coletivas ou tutoriais), mas também, todo o menu de outras funções estatutariamente exigidas aos docentes do ensino superior (v. p. ex. o art. 71º do ECDU).

Diga-se que esta especificidade de exigência legal de regulamentação pelas IES públicas do serviço dos docentes (v. art. 83º-A do ECDU e art. 29º-A do ECPDESP), é uma mera decorrência do princípio geral de obrigação de elaboração de regulamentos internos dos órgãos e serviços da administração pública contendo normas de organização e disciplina do trabalho (v. art. 75º da LGTFP e art. 99º do CT).

Estes regulamentos sobre a prestação de serviço dos docentes são a emanção do poder regulamentar concedido por lei a todas entidades empregadoras (públicas ou privadas) sobre a

organização e disciplina do trabalho, isto é, sobre os termos em que deve ser prestado o trabalho.

Tais regulamentos (que configuram, materialmente, legislação de trabalho), por regra contêm uma dupla faceta: contratual e normativa.

Parecem-nos indícios suficientes de que o legislador laboral (...), não permite que a compensação de trabalho não realizado por faltas justificadas fique na estrita dependência da manifestação de vontade da entidade empregadora

Na faceta contratual inserem-se disposições que funcionam como verdadeiras cláusulas contratuais em que se definem as condições de trabalho ou se pormenorizam vários direitos conferidos pela lei às partes (p. ex. disposições sobre as atividades a desempenhar, período de trabalho (horas a prestar), remunerações, férias e faltas, etc.).

Estas matérias, por respeitarem ao conteúdo do contrato de trabalho, têm de envolver algum consenso dos trabalhadores (adesão ou não oposição após

conhecimento, negociação com os seus representantes), não podendo portanto ser decididas unilateralmente pela entidade empregadora (*Manual de Direito do Trabalho*, Bernardo da Gama Lobo Xavier, *et alia*, 2ª edição revista e atualizada, Verbo, 2014, pág. 470 e segs.). Tendo como assente que as faltas justificadas, por regra, não determinam a perda ou o prejuízo de quaisquer direitos ou garantias dos trabalhadores, em alguns casos são mesmo equiparáveis a prestação efetiva de serviço, não havendo sequer perda de retribuição (v. art. 255º do Código do Trabalho, aplicável à relação de emprego público por força da remissão do art. 4º, da LGTFP, pois esta matéria das Faltas é matéria de “*Tempos de não trabalho*” – v. al. h) do n.º2, deste artigo), compreende-se a *manutenção da retribuição sem que o trabalhador preste efetivamente qualquer atividade*.

As *Faltas justificadas* de curta duração (que não conduzam a impedimento prolongado), são uma das exceções permitidas por lei ao sinalagma entre trabalho e retribuição; e tal exceção verifica-se precisamente nas situações em que persiste o dever de prestar a retribuição sem que tenha sido efetuada a correspondente prestação de trabalho: são também os casos de férias, feriados e dias de descanso.

Há assim uma impressionante indicação de

que a especial proteção que o legislador dá às *faltas justificadas* tipificadas na lei, não pode ser afastada por ordens ou imposições da entidade empregadora no sentido do trabalhador docente compensar o trabalho não realizado por causa das faltas, no caso concreto pela reposição das aulas não lecionadas.

Aliás, o legislador criou mecanismos de compensação das *faltas justificadas*, mas sempre na óptica da escolha, da manifestação de vontade, por parte do trabalhador, assim:

- permite que no caso de perda de retribuição, esta perda poderá ser substituída por diminuição dias de férias correspondentes, salvaguardando sempre um mínimo do gozo de 20 dias de férias;
- permite que por instrumento de regulamentação coletiva de trabalho (IRCT), se preveja a substituição da perda de retribuição pela prestação de trabalho em acréscimo ao período normal de trabalho, dentro dos limites de ajustamento pela adaptabilidade;
- admite a não consideração como trabalho suplementar daquele que for prestado por iniciativa do trabalhador para compensar períodos de ausência ao trabalho, desde que tanto a ausência como a compensação tenham o consentimento do empregador.

(v. art. 247º e 226º, n.º3, al. f), do Código do Trabalho, aplicável no âmbito do vínculo de emprego público, por força dos art 4º, 134º, n.º 4 e art. 120º, n.º1, da LGTFP).

Parecem-nos indícios suficientes de que o legislador laboral (seja o objeto a relação de emprego no âmbito privado ou no âmbito público), não permite que a compensação de trabalho não realizado por *faltas justificadas* fique na estrita dependência da manifestação de vontade da entidade empregadora, com suporte em meras ordens de serviço ou instruções/imposições diretivas.

A razão de tal convicção radica na ideia de que tal imposição de reposição de aulas é uma alteração (unilateral) substancial das condições de trabalho, e como tal exige o *consentimento* dos trabalhadores afetados.

Do supra exposto resulta que tendemos com fundada convicção que a reposição de aulas não lecionadas por motivo de *faltas justificadas*, só poderá ser exigida se tal compensação constar de Regulamento de prestação de serviço

A imposição de reposição de aulas é uma alteração (unilateral) substancial das condições de trabalho, e como tal exige o consentimento dos trabalhadores afetados.

dos docentes elaborado pela IES, negociado com as associações sindicais representativas, ou então, sujeito a adesão /não oposição por parte dos trabalhadores abrangidos.

Tanto mais que as *faltas justificadas* são de natureza diversa, implicam efeitos na retribuição diferenciados, pelo que o regime de reposição de aulas deve ter especificações e limites (p. ex. sem prejuízo de férias, dos limites diários e semanais de trabalho), bem como condições objetivas de viabilidade dessa reposição, remuneração respetiva, bem delineados, afastando-se assim uma previsão / aplicação genérica de reposição.

Na falta de regulamentação emanada nos termos supra expostos, conclui-se assim pela ilegalidade de tais ordens de reposição de aulas não lecionadas por motivos justificados (desde que, acrescente-se, a tal reposição não corresponda remuneração acrescida)

A reposição de aulas não lecionadas por motivo de faltas justificadas, só poderá ser exigida se tal compensação constar de Regulamento de prestação de serviço dos docentes elaborado pela IES.

Mas resta ainda uma vertente em apreciação: pode o docente recusar-se a tal ordem de reposição? Entendemos que não, salvo que tenha motivos atendíveis, nos termos legalmente previstos para o trabalho suplementar (art. 227º do Código do Trabalho também aplicável à relação laboral em funções públicas (art. 120º, n.º1 da LGTFP).

A reposição das aulas pelos docentes terá necessariamente, no(s) dia(s) em que ocorrer, que ser prestada para além do seu horário normal, e portanto tem que configurar – se como trabalho suplementar.

Considerando a especificidade da prestação de serviço docente no âmbito do ensino superior, o cumprimento pelas IES das ECTS e consequentes cargas lectivas anuais, as reposições de aulas devem ser equacionadas, atendendo os interesses dos alunos a situações de prevenção de prejuízo grave para a prossecução do interesse público subjacente.

Mas, nesta sequência argumentativa, a reposição, enquadrada como prestação de trabalho suplementar deve ser remunerada com os acréscimos remuneratórios previstos no art. 162º, da LFTFP, ou, em caso de acordo, substituída por descanso compensatório.

Entendemos assim, em conclusão:

Na falta de regulamentação emanada nos termos supra expostos, conclui-se assim pela ilegalidade de tais ordens de reposição de aulas não lecionadas por motivos justificados e se, a tal reposição não corresponda remuneração acrescida;

a reposição, enquadrada como prestação de trabalho suplementar deve ser remunerada com os acréscimos remuneratórios previstos no art. 162º, da LFTFP, ou, em caso de acordo com o trabalhador, substituída por descanso compensatório.

É o que se me oferece dizer, salvo melhor e mais bem fundamentada opinião ●

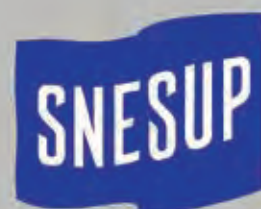
José H. Martins



Sindicalize-se Sindicalize



Somos, e continuaremos a ser, um Sindicato de Causas
www.snesup.pt



Sindicato
Nacional
do Ensino
Superior



TÍTULO: CUSTOS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR PORTUGUÊS
AUTORES: LUÍSA CERDEIRA E BELMIRO CABRITO (ORGS.)
EDITORA: EDUCA, 2014

Enquadrado pelas problemáticas da economia da educação, tendo como suporte a teoria do *cost-sharing*, a obra resulta de um projeto de pesquisa com a mesma designação: “Os custos dos estudantes do ensino superior”. Centra-se na caracterização socioeconómica dos estudantes do ensino superior português e analisa os custos que os estudantes enfrentam durante a frequência do ensino superior, bem como os dos restantes *stakeholders* (famílias, governos/contribuintes e outros).

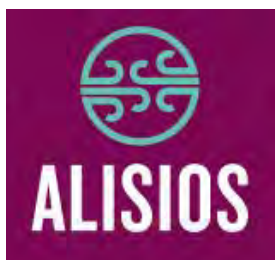
O livro propõe-se facilitar a compreensão da condição social e económica dos estudantes do ensino superior. A sua pertinência advém do facto de serem poucos os estudos sobre as questões do financiamento e dos custos do ensino superior em Portugal, dificultando o apoio e a sustentação da definição de políticas de financiamento relativas a este setor. Além do *Eurostudent 2005*, que considera parcialmente esta problemática, existem apenas duas dissertações de doutoramento que abordaram esta temática dos custos dos estudantes do ensino superior português (Belmiro Cabrito, 2000 – reportado ao ano de 1994/95 e Luísa Cerdeira 2008 – reportado ao ano de 2004/05), não existindo um dispositivo que permita periodicamente obter dados estatísticos atualizados dos custos dos estudantes do ensino superior. Tomando como referência a metodologia definida na realização das teses de doutoramento dos organizadores, a pesquisa que dá corpo ao livro centra-se numa amostra representativa do universo do ensino superior (para o ano letivo de 2010-2011) e concretiza-se através da aplicação de um questionário que permite, entre outros: traçar o perfil dos estudantes; dar conta das suas condições de vida; delinear o perfil dos pais e dos agregados dos estudantes; contextualizar apoios sociais e empréstimos bancários para a realização dos estudos; elencar opiniões dos estudantes relativamente ao financiamento; e avaliar os custos da frequência do ensino superior em relação a indicadores críticos de bem-estar ●



TÍTULO: PARA LÁ DOS NÚMEROS – AS CONSEQUÊNCIAS PESSOAIS DO DESEMPREGO
AUTOR: JORGE CALEIRAS
EDITORA: ALMEDINA, 2015

O desemprego alcançou proporções tão vastas que conduziu a uma maior sensibilização em relação aos problemas que gera e à necessidade de desenvolver iniciativas no domínio das políticas públicas. No plano do discurso oficial, o desemprego é apontado como um dos principais problemas – senão mesmo o principal – com que o país e a Europa se confrontam atualmente. Mas, na verdade, assiste-se ao silenciamento das consequências pessoais em detrimento da visibilidade retórica dada ao desempenho na economia, no quadro da qual o fenómeno é valorizado sobretudo como um indicador sem rosto. Trata-se, evidentemente, de um tema crítico, quer requer muitos contributos. Jorge Caleiras, que é um quadro superior do Instituto da Segurança Social, I.P., traz-nos um livro sobre desempregados e sobre experiências vividas num tempo prolongado de crise.

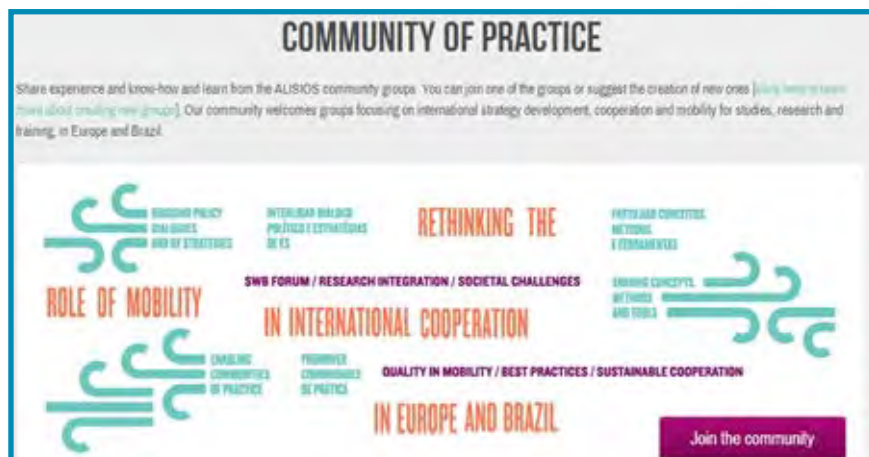
Paradoxalmente, ao mesmo tempo que o desemprego se converte num dos maiores problemas o estado recua no domínio das políticas sociais de apoio aos desempregados. Mesmo as tendências mais recentes de criação de emprego revelam que a qualidade do emprego criado tem vindo a degradar-se, o que justifica políticas mais audazes no domínio da prevenção do fenómeno de desemprego. Os mais jovens são os mais afetados e os casos dramáticos multiplicam-se. Jorge Caleiras entrevistou dezenas de desempregados, mas inquiriu também empresários, autarcas, dirigentes e técnicos do Instituto de Emprego e Formação Profissional, dos serviços públicos da Segurança Social tirou o pulso ao fenómeno nas redes sociais. Perante a retração dos apoios sociais, a família, os amigos, a economia informal, a venda de património, mas sobretudo, no caso dos desempregados mais jovens, a emigração foram as estratégias de enfrentamento encontradas por quem se viu em situação de desemprego. Estratégias que, contudo, não evitaram a formação de novos pobres, hoje bem visíveis na sociedade portuguesa ●



www.alisios-project.eu

ALISIOS (2013-2015) é o acrônimo do projeto “Ligações Acadêmicas e Estratégias para a Internacionalização do Setor da Educação Superior” (em inglês, *Academic Links and Strategies for the Internationalisation of the Higher Education Sector*).

O projeto resulta de uma conferência que, em 2012, reuniu, em São Paulo, universidades europeias e latinoamericanas. A conferência foi promovida pela Associação Europeia de Universidades. O projeto visa desenvolver estratégias para uma política de diálogo e de cooperação entre os países europeus e os seus parceiros internacionais. Focaliza-se especificamente no Brasil, e baseia-se na experiência do programa Ciência sem Fronteiras (CsF), lançado pelo governo brasileiro, que visa o envio de 110 mil estudantes para o exterior até 2015. O objetivo global do projeto passa por comparar experiências de gestão de diferente programas de cooperação concretizados no domínio do ensino superior (incluindo programas de atribuição de bolsas em grande escala), possibilitar a aprendizagem mútua entre países europeus e entre a Europa e o Brasil, visando ainda apresentar sugestões concretas para o reforço e a promoção de uma coordenação efetiva no âmbito das



políticas de cooperação entre as universidades europeias e os seus parceiros internacionais.

O projeto desenvolve um conjunto de oficinas, na Europa e no Brasil, procurando dar forma a um fórum capaz de se afirmar como uma comunidade de partilha de práticas no âmbito do programa Ciência sem Fronteiras. Algumas das atividades mais emblemáticas pretendem: identificar e caracterizar práticas e formas de organização na Área Europeia de Ensino Superior e na República Federativa do Brasil; promover o reconhecimento mútuo de graus e competências adquiridas por brasileiros na Europa e por europeus no Brasil; promover a mobilidade estruturada, designadamente a informação e as ferramentas dos portais EURAXESS e os mecanismos relativos ao sistema

de ECTS; informar as estratégias de internacionalização das universidades; difundir boas práticas de promoção de programas de dupla titulação; dar a conhecer modelos de ensino e de aprendizagem inovadores. ALISIOS é um projeto liderado pela Universidade de Coimbra. São parceiros do projeto: a Associação Europeia de Universidades, a Fundação das Universidades Portuguesas / Conselho de Reitores, Campus France, a Universidade de Bolonha, a Associação Brasileira de Educação Internacional (FAUBAI), o Grupo de Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB), a Universidade de São Paulo/Instituto de Estudos Brasil-Europa (IBE). O projeto é financiado pelo Programa Erasmus Mundus •

SNESup

www.snesup.pt

CONTATE-NOS

Lisboa

Av. 5 de Outubro, nº 104, 4.º
1050 - 060 LISBOA
Telefone: 217 995 660
Fax : 217 995 661
E-Mail: snesup@snesup.pt

Atendimento

10-13 horas e das 14-18 horas

Coimbra

Estrada da Beira, 503, R/C, A
3030 - 173 COIMBRA
Telefone: 239 781 920
Fax: 239 781 921
E-Mail: snesup.coimbra@snesup.pt

Atendimento

10-13 horas e das 14-18 horas

Porto

Pr. Mouzinho Albuquerque,
nº 60 - 1º
(Rotunda da Boavista)
4100 - 357 PORTO
Telefone: 22 543 05 42
Fax: 22 543 05 43
E-Mail: snesup.porto@snesup.pt

Atendimento

10-13 horas e das 14-18 horas

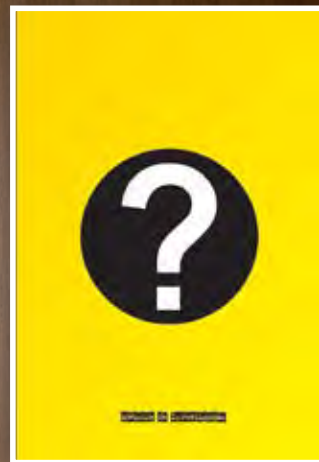
COMPRE JÁ!

CONDIÇÕES ESPECIAIS

50%

DE DESCONTO*

* Ao abrigo do Protocolo SNEsup / Vida Económica



Registe-se já em:
<http://livraria.vidaeconomica.pt>
e usufrua de 50% de desconto

Exclusivo para membros do SNEsup que devem fornecer o nº de associado para encomendas@vidaeconomica.pt

MESTRADOS E DOUTORAMENTOS
2ª Edição
Autoras: Ana Maria Ramalho Correia e Anabela Mesquita
Páginas: 328 **Preço:** €30,00

ENGENHARIA PT - Uma via verde para o desenvolvimento tecnológico e económico de Portugal
Autor: Gilberto Santos
Páginas: 416 **Preço:** €16,90

MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO
Autores: Elizabeth Real de Oliveira e Pedro Ferreira
Páginas: 144 **Preço:** €17,90

HARVARD TRENDS - 45 Tendências de Gestão
Autor: Pedro Barbosa
Páginas: 328 **Preço:** €9,90

GUIA PRÁTICO DO E-LEARNING
Coordenadores: Paula Peres, Anabela Mesquita e Pedro Pimenta
Páginas: 224 **Preço:** €18,90

EMPREGO BOM E JÁ! - Guia prático
Autor: Ricardo Peixe
Páginas: 240 **Preço:** €11,90

- ☐ Solicito o envio dos livros abaixo indicados, efetuando o pagamento na modalidade assinalada.
- ☐ Envio cheque/vale nº _____, s/o _____, no valor de € _____.
- ☐ Transferência bancária na vossa conta com o IBAN PT50.0033.0000.45313889113.05 no valor de € _____, na data de ____/____/____. **(Por favor enviar comprovativo do pagamento efetuado).**
- ☐ Solicito o envio à cobrança (Acresce 4€ para despesas de envio e cobrança).

Quantidade	Designação	Preço
	Total	

Nome _____

Morada _____

C. Postal _____ - _____

E-mail _____

Nº Contribuinte _____

ASSINATURA _____